

Mariana Faustino dos Passos

**ESTUDOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
ANÁLISES DOS ANAIS DO ENANCIB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação. Orientadora: Prof^ª Dra. Ursula Blattmann.

Florianópolis
2019

P285e

Passos, Mariana Faustino dos

Estudos de Gênero na Ciência da Informação: análises dos
anais do Enancib. / Mariana Faustino dos Passos. – Florianópolis (SC),
2019.

98 f.; 15 cm.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC), área de concentração Informação, Gestão e Tecnologia,
linha de pesquisa Informação e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ursula Blattmann.

Bibliografia: p. 85-94.

1. Ciência da Informação. 2. Diálogos. 3. Gênero. 4. Mulher. I.
Blattmann, Ursula. II. Universidade Federal de Santa Catarina. III. Título.

Mariana Faustino dos Passos

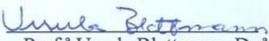
**ESTUDOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: ANÁLISES DOS ANAIS DO
ENANCIB**

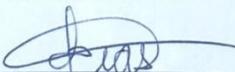
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Mestre em Ciência da Informação” e aprovada
em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação

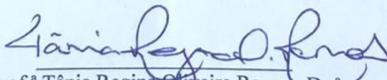
Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019


Prof. Adilson Luiz Pinto, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof.ª Ursula Blattmann, Dr.ª
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Marli Dias de Souza Pinto, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Tânia Regina Oliveira Ramos, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta dissertação às mulheres da minha vida: minha avó Maria, minha mãe Mineia e minha esposa Thalita.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha orientadora Ursula Blattmann, pelos conselhos e acolhida no tema de pesquisa. Por ser uma profissional, orientadora e mulher tão sensível, inteligente e aberta a mudanças;

À bolsa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante metade de minha trajetória no Mestrado;

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela estrutura de ensino que me possibilitou ter acesso às mais diversas fontes de informação;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Literatura e Interdisciplinar em Ciências Humanas, por todas as oportunidades de aprendizado;

À minha avó Maria Faustino, pelo amor incondicional, apoio, compreensão e torcida. Por me lembrar diariamente de aproveitar todas as oportunidades que me estão disponíveis;

À minha mãe Mineia Faustino dos Passos, por batalhar para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade, por me fazer acreditar que eu sou capaz;

À minha esposa Thalita Coelho, minha companheira de vida e de pesquisa, por todas as trocas, pelo apoio transcendental, pela paciência e amor refletidos no dia a dia;

Ao meu irmão Arthur Faustino dos Passos, pela conexão de alma que ultrapassa a comunicação verbal;

À minha madrinha Vilma Machado, por me apresentar os encantos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, por ser inspiração e porto seguro;

À minha amiga Ana Luiza Bazzo da Rosa, pelo afeto, companheirismo, conversas e (muitas) risadas;

À minha gata Lordinha e meu gato Panqueca, companheiros felinos que muito já me confortaram com o seu ronronar tranquilizante e cheio de amor.

“Fomos socializadas para respeitar mais ao medo que às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando”.

(Audre Lorde)

RESUMO

Justificado no discurso e responsabilidade social da Ciência da Informação como forma reflexiva de comunicação interdisciplinar nos processos informacionais referentes a gênero, o objetivo geral desta dissertação consiste em: analisar as temáticas de gênero abordadas na Ciência da Informação, a nível nacional, por meio do evento científico Enancib. A pesquisa é delineada como bibliográfica, pois, além de utilizar deste método para embasamento teórico referente à revisão de literatura, vale-se de um *corpus* constituído de fontes bibliográficas específicas, os anais do Enancib. Exploratória, investiga o *corpus* por meio de procedimentos sistematizados. Na análise utiliza-se a abordagem da Análise Textual Discursiva (ATD). Frisa-se o uso de outras duas abordagens teóricas que serão aliadas à ATD: a crítica feminista, instrumentada por um viés desconstrucionista de gênero e o materialismo histórico. Cinco grandes categorias foram identificadas para agrupar e discutir os 26 trabalhos recuperados sobre gênero no evento: Estudos de Gênero na Ciência da Informação; Exploração e violência contra a mulher; Gênero, Ciência e Tecnologia; Gênero, leitura e literatura e Informação social e étnico-racial. A discussão deste trabalho pondera no sentido de repensar como são tratadas as questões de gênero na Ciência da Informação e como o engajamento de pesquisadoras e pesquisadores em seus trabalhos podem ser fatores imprescindíveis na modulação da construção teórica do campo e, sobretudo, na humanização que a pesquisa em informação pode conceder a grupos sociais historicamente negligenciados. As conclusões apontam que os Estudos de Gênero acrescentam à Ciência da Informação no sentido de justificar a não-neutralidade da área sobre o tema, refletida na escassez de estudos que tratam sobre percursos de mulheres por um viés informacional de gênero.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Gênero. Mulher.

ABSTRACT

Justified in Information Science's discourse and social responsibility as a reflective form of interdisciplinary communication in the informational processes referring to gender, the main objective of this dissertation consists in: analyzing the gender themes that are approached in Information Science at national level through the scientific event Enancib. The research is bibliographical, since it is based on a constituted corpus of specific bibliographic sources, the annals of the ENANCIB. Exploratory, investigates the corpus through systematized procedures. The analysis and theoretical-methodological approach used is the Discursive Textual Analysis. It emphasizes the use of two other theoretical approaches that will be allied to the Discursive Textual Analysis: the feminist critique, instrumented by a deconstructionist bias of gender, and historical materialism. Five major categories were identified to group and discussed the 26 papers retrieved on gender at the event: Gender Studies in Information Science; Exploitation and violence against women; Gender, Science and Technology; Gender, reading and literature, and Social and ethnic-racial information. The discussion of this work consider how gender issues are treated in Information Science and how the engagement of researchers in their works may be essential factors in the modulation of the theoretical construction of the field and, above all, in the humanization that information research can give to historically neglected social groups. The conclusions point out that the Gender Studies add to Information Science in order to justify the non-neutrality of the area on the subject, reflected in the paucity of studies involving the trajectories of women by an informational gender bias.

Keywords: Information Science. Gender. Woman.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Procedimentos metodológicos da pesquisa | 52 |
| Quadro 2 – Categorização geral do <i>corpus</i> da pesquisa | 56 |
| Quadro 3 – Subcategorização do <i>corpus</i> da pesquisa | 57 |
| Quadro 4 – Relacionamentos entre categorias e subcategorias | 58 |
| Quadro 5 – Codificação de cada trabalho por título | 58 |
| Quadro 6 – Quantificação por gênero na autoria | 61 |
| Quadro 7 – Codificação por autoria | 63 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Quantificação das categorias | 60 |
| Tabela 2 – Produções das universidades por gênero..... | 77 |
| Tabela 3 – Trabalhos por ano e GT | 78 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 27 |
| 2.1 | GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... | 27 |
| 2.2 | A MULHER GRECO-LATINA..... | 29 |
| 2.3 | A MULHER MEDIEVAL..... | 32 |
| 2.4 | A MULHER MODERNA..... | 34 |
| 2.5 | A MULHER CONTEMPORÂNEA..... | 36 |
| 2.6 | A MULHER BRASILEIRA..... | 38 |
| 3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... | 47 |
| 3.1 | CARACTERIZAÇÃO E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS..... | 47 |
| 3.1.1 | Análise de Conteúdo..... | 48 |
| 3.1.2 | Análise do Discurso..... | 49 |
| 3.1.3 | Análise Textual Discursiva..... | 50 |
| 3.2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 52 |
| 3.3 | PRÉ-TESTE..... | 54 |
| 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS..... | 55 |
| 4.1 | ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB (ENANCIB)..... | 55 |
| 4.2 | A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO POR UMA CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO..... | 56 |
| 4.2.1 | Gênero, ciência e tecnologia..... | 63 |
| 4.2.2 | Informação Social e Étnico-racial..... | 71 |
| 4.2.2.1 | Aborto e Maternidade..... | 73 |
| 4.2.3 | Exploração e violência contra a mulher..... | 74 |
| 4.2.4 | Estudos de Gênero na Ciência da Informação..... | 76 |
| 4.2.5 | Gênero, leitura e literatura..... | 80 |
| 5 | CONCLUSÃO..... | 83 |
| | REFERÊNCIAS..... | 85 |
| | APÊNDICE A – DADOS DE CADA TRABALHO UTILIZADO NO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA..... | 95 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é sobre mulheres. Trata-se de uma tentativa de quebra do silêncio de vozes e corpos femininos dentro da Ciência da Informação, campo de estudo que privilegia análises impessoais sobre temas histórico e socialmente situados. Buscou-se fugir de um pensamento engessado e que negasse as particularidades de indivíduos e indivíduos, no intuito de alcançar um equilíbrio, ampliando as teorias sociais da Ciência da Informação através do olhar da crítica feminista. Logo, trata da recuperação dos anais apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib). Localiza 26 trabalhos que, por meio dos Estudos de Gênero, evidenciam pesquisas referentes a esse grupo social, invisibilizado ao longo das construções das ciências (da informação), consequentemente do estabelecimento hegemônico de epistemologias em diversas áreas do conhecimento.

O conceito de Gênero incorporado neste trabalho se sustenta no significado semântico que é fruto das relações de poder entre o gênero feminino e masculino, considerando que o primeiro sofreu forte vulnerabilização durante os percalços históricos, tendo, inclusive, sua humanidade negada. Segundo a teórica Joan Scott (1989, p. 7) “[...] O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”.

As relações de gênero não se dão por uma relação direta entre, ou individualmente sobre, os sexos feminino ou masculino, e sim por uma relação fundamentada por eixo relacional fortemente social que delimitou o que se considera como historicamente importante e o que não será lembrado. Delimitação que se estende ao lugar que se permite que os gêneros ocupem, principalmente no que diz respeito ao feminino; quais os “papéis” binários têm de desenvolver e os padrões sexuais que devem seguir, com o foco sobre a binariedade que configura a heterossexualidade como norma.

A crítica e autocrítica feministas são primordiais no que compele à aceitação e desconstrução dos pensamentos que hierarquizaram a sociedade tal qual se conhece e, de fato, feministas vêm tecendo essa linha crítica fortemente a partir dos anos 1990 (SCOTT, 1989). A história do pensamento feminista consiste na recusa à construção hierárquica da história contada por homens, que colocaram as mulheres à margem, ou seja, é uma tentativa de deslocar e compreender o pensamento masculinista que embasou o que é ou não epistemologia. A crítica feminista é tida como uma categoria de análise, a reescrita da

história por outro viés, a transformação dos paradigmas tidos como fundamentais para expansão dos conceitos tradicionais. Essa desconstrução histórica existe cientificamente em, pelo menos, três instâncias ou recortes/marcadores sociais: gênero, raça e classe.

Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica no discurso social da Ciência da Informação como forma reflexiva de comunicação e argumentação interdisciplinar (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2009; CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2003; 2014; 2018) nos processos informacionais referentes a gênero, assim como no estudo da intersecção entre discursos com áreas de conhecimento que figuram pontos de acesso para comunidades de usuárias, mulheres como seres políticos e sociais e outras populações interessadas no tema.

Os reflexos da construção histórica das relações entre gêneros permeiam qualquer interação social, seja esta intragêneros, amplamente pautada por uma desigualdade histórica, que ditará posturas tidas como aceitáveis no se relacionar entre mulheres e outras no se relacionar entre homens. As(os) profissionais da informação, não imunes ao ambiente sócio-histórico em que atuam, tiveram a construção de seu campo teórico pautada por uma série de fatores que favoreceram a voz de um grupo social formado por personas masculinas, brancas e heterossexuais em locais de privilégio na formação teórica de disciplinas.

A observação por parte da autora, enquanto estudante de graduação e pós-graduação na área da Informação, fez refletir acerca da composição de corpos docentes de universidades e bibliografias de cursos específicos. A constatação da migração de professores para áreas de tecnologia e da manutenção de professoras em áreas metódicas e da educação dentro da Ciência da Informação suscitou inquietações. Mulheres produzem conhecimento; estão em eventos; lecionam; publicam em periódicos com os mais altos QUALIS. Então, onde elas estão na bibliografia efetiva de disciplinas dos cursos?

Reconhece-se um problema hegemônico, estrutural, de gênero, raça e classe, que fez da mulher e de seu corpo figuras interditas. Primordial para justificar e delimitar esta pesquisa foi a curiosidade em reconhecer como o sexismo explícito na Ciência da Informação se manifesta na retratação teórica da área sobre a mulher, a partir dos estudos de gênero. Urge a necessidade de consolidar o princípio de que ambientes de estudo de informação devem ser espaços livres de preconceitos, em que mulheres lésbicas, homens gays e pessoas bi e transexuais sejam reconhecidas como indivíduos com necessidades informacionais específicas. Mulheres e homens da área se beneficiam por meio da introdução aos estudos de gênero, enquanto profissionais da

Ciência da Informação e seres humanos inseridos numa sociedade em que informação pode significar respeito, inclusão, responsabilidade e evolução.

Considerado o impacto informacional não só das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação no acesso à informação e internalização do conhecimento sobre gênero para mulheres, frisa-se a Responsabilidade Social da Ciência da Informação proposta por Wersig e Neveling (1975), resgatada por Saracevic (1996) e exposta por Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 20) materializada na “[...] atuação transformadora inerente à informação, cuja prática se estabelece pela ação cultural, função social e mediação”.

A contribuição da Ciência da Informação como mediadora no processo de disseminar e disponibilizar informações pertinentes a diferentes grupos sociais pode ser compreendida como um meio de inclusão e desenvolvimento social no contexto deste trabalho. Considera-se as representações ligadas ao conceito de gênero uma temática que merece cada vez mais atenção por parte dos profissionais da informação, vide a urgência da desconstrução de estigmas preconceituosos que turvam as relações sociais e continuam violentando uma série de mulheres marginalizadas.

Direcionar a visão desses profissionais para questões envolvendo gênero configura um desafio para uma área como a Ciência da Informação, que tanto preza por um rigor metodológico focado nos estudos técnicos, deixando à margem abordagens sociais e coletivas. No entanto, percebe-se que, aos poucos, esse pensamento centrado no tecnicismo desloca-se, vide o aparecimento de trabalhos que abordam questões de gênero em eventos como o Enancib, objeto de estudo desta pesquisa.

Nesse sentido, conforme exposto por Araújo (2014), desenvolve-se fortemente na Ciência da Informação um paradigma social que versa sobre a importância do social nos processos informacionais. Reinsere-se o usuário em contextos concretos fenomenológicos de vida, como seres sociais num mundo embasado em lógicas de poderes e domínios que delimitam a ciência e sua relevância; assim como num maior nível de complexidade e abstração na inserção da informação em contextos socioculturais materiais.

Ainda, Araújo (2003) salienta que, além do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, no sentido de abarcar conhecimentos teóricos de áreas distintas, aponta-se a importância da conotação social da disciplina para que seja refletida na produção teórica da área e haja um impacto na conjuntura social humanística desta.

Enfatiza-se a Responsabilidade Social da disciplina neste novo processo social e comunicacional (DANTAS; GARCIA, 2013), evidenciada no fazer científico dos pesquisadores, assim como no currículo dos cursos das práticas referentes à biblioteconomia, arquivologia e museologia. Faz-se necessária uma formação política que instigue a problematização das relações humanas e evite o enfoque puramente técnico, priorizando a Responsabilidade Social nos processos de disseminação da informação, atendimento de usuários reais e potenciais. Para Wersig e Neveling (1975, p. 9) “a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade parece ser o fundamento em si da Ciência da Informação”.

A amálgama teórica crítica da literatura e demais estudos culturais em nível de pós-graduação facilmente migrou para outras áreas de raiz humanística, nesses termos encontrou espaço e seguidores nas áreas de estudo da informação (CRONIN, 2008), como a Ciência da Informação. A margem para os estudos feministas e de gênero foram abertas, visto a forte relação desses temas na circulação informacional de diversas fontes que narraram a trajetória social do ser humano, considerando que a Ciência da Informação, “[...] sua natureza, seus conceitos básicos e objetivos, e, sobretudo, sua fundamentação persiste centrada nas ciências sociais, uma vez que a informação só sobrevive no universo individual ou social. Inexiste dissociada do ser humano.” (GARCIA; TARGINO, DANTAS, 2012, p. 6).

Dito isso, este trabalho tece sua fundamentação teórica a partir das aproximações entre Ciência da Informação e Estudos de Gênero, bem como os impactos da informação veiculada acerca das mulheres; como essas informações embasaram uma série de preconceitos e violências perpetuados no fazer ciência durante os séculos, estigmas que se mostram na ausência de estudos sobre gênero em áreas informacionais. Luísa Marinho Antunes (2014), professora e pesquisadora portuguesa, propõe em sua obra uma organização das violências sofridas pela figura da mulher por meio dos *topoi*¹ históricos atribuídos a estas: bruxas, beatas, loucas, lésbicas, interesseiras, velhas, gordas, feias e maliciosas. Todos esses estereótipos deram-se por meio de fontes de informações divulgadas como científicas: tratados, livros, cantigas, pinturas e discursos.

¹ A autora utiliza termo referente a dialética aristotélica para se referir aos argumentos do senso comum que serve como ponto de partida de discussões.

Os estudos de Luísa Marinho Antunes (2014) são utilizados no intuito de elucidar esses infortúnios pelo que se entende como memória intertextual. A informação que se repete até construir a memória, o reverberar de textos através da história, e não só destes, mas de seus conceitos, informações contidas e condicionados a um contexto sócio-histórico e político. Constrói-se um cânone baseando-se em regras sociais hierárquicas, este será repetido século após século e, como consequência direta, teremos uma voz hegemônica e normativa. Todo discurso é construído a partir de uma intertextualidade, inclusive aquele que segrega minorias e consolida o *status quo*. Quando se cogita fundamentar a Ciência da Informação, quem se procura citar ou embasar para bibliografia de disciplinas e demais discussões? Nomes clássicos e masculinos da área. Com isso, defende-se que, por mais completas e elaboradas que sejam, quem cria epistemologias e significa temas e informações abordados em torno de um campo teórico é um grupo específico: branco e masculino.

Os outros capítulos deste trabalho abordam a construção do caminho metodológico para realização da análise dos 26 trabalhos recuperados. Os seguintes discutem os resultados a partir de metodologias como a Análise Discursiva Textual, crítica feminista e o materialismo histórico.

A informação é compreendida como ferramenta onipresente para o delineamento de sociedades e manutenção de poderes que embasam as relações sociais de gênero, enquadrando a Ciência da Informação enquanto área com raízes humanísticas e sociais com forte apelo comunicacional, como possível mediadora desses processos informacionais. A partir dessa afirmação, sugere-se o seguinte problema de pesquisa: quais as temáticas de gênero abordadas na Ciência da Informação no evento Enancib?

Para responder a esse questionamento utilizou-se como aporte o repositório BENANCIB, que engloba os anais referentes aos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancibs). Por mais que trabalhos dispersos publicados em outros eventos importantes da área sobre a temática gênero sejam posteriormente citados para embasamento de discussões teóricas, o foco foi direcionado a este repositório por possuir trabalhos centralizados, facilitando a recuperação da informação por *strings* de busca específicos numa única base organizada;

A UNESCO (2015) reconhece as conferências e demais encontros científicos como um dos principais canais para a comunicação científica. A oportunidade de interação entre os indivíduos participantes

de eventos pode ser considerada além de um cumprimento morno, uma parabenização por tema sugerido e eventuais polidos *feedbacks* sobre os trabalhos apresentados. “A ciência, com uma atividade social, precisa ser divulgada, debatida, refletida [...]” (CARMO; PRADO, 2005, p. 1), o que torna indispensável o debate científico em torno das pesquisas expostas em eventos que explorem o relacionar-se entre pesquisadores, que expandam ciclos acadêmicos fechados, ultrapassando a interação formal-científica e se apresentem em ambientes receptivos e fomentadores de diálogos francos como base para o fazer ciência, como, por exemplo, os intervalos para lanches e interação em apresentações culturais, que nada mais são do que oportunidades leves para socializar reflexões, proporcionadas pelo ambiente de pesquisa e aproximar autores e leitores, teóricos e práticos e, principalmente, fortalecer a rede social sob suas diferentes nuances.

Os termos de busca que estruturam as relações sociais e as questões abrangidas pelo termo gênero serão recuperados por busca avançada, restringindo por título, para que se possa captar o panorama dos termos comuns que amparam a grande área de gênero. O Tesauro para Estudos de Gênero e Mulheres de Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998) foi considerado para escolha dos termos.

O objetivo geral deste trabalho consiste em: analisar as temáticas de gênero abordadas na Ciência da Informação, a nível nacional, por meio do evento científico Enancib. Para tanto se pretende, especificamente:

- a) Identificar nos Anais do Enancib os trabalhos que foram apresentados nos eventos relacionados ao gênero até o ano de 2017;
- b) Categorizar os textos por meio de marcadores sociais específicos;
- c) Traçar um panorama sobre estudos de gênero por meio das categorias, considerando os recortes sociais da temática e o contexto social histórico do Brasil na Ciência da Informação;
- d) Discutir os diálogos apresentados sobre o tema na Ciência da Informação dentro do evento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão introduzidas as relações de gênero com a Ciência da Informação, a fim de validar a interdisciplinaridade entre as duas áreas. Nas seções posteriores, a contextualização histórica reforçará as relações da informação veiculada ao longo da história mundial e brasileira para a constituição dos estereótipos de gênero.

2.1 GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As informações que originaram normas sociais, por muitos séculos, foram difundidas unilateralmente pelo masculino em canais formais ou informais, de maneira escrachada ou silenciosa, em obras aclamadas de célebres filósofos ou nos diálogos diários que constituíam a vida nas sociedades pré-modernas. A violência de gênero como padrão socioinformacional permaneceu não-nomeada. As prensas de Gutenberg não imprimiram obras que teciam elogios às mulheres, assim como a explosão informacional ou a Sociedade da Informação não foram fenômenos fundamentados para lidar com as desvantagens históricas criadas a partir do conceito de gênero, mesmo que propiciem um ambiente inovador para lidar com essas desigualdades.

A Ciência da Informação, inter ou multidisciplinar por natureza, estuda os problemas relacionados à informação em suas variadas formas, preocupando-se com a transmissão desta enquanto um fenômeno social. Nessa abordagem, analisa a dimensão informacional dos fenômenos socioculturais, enquanto considera que os avanços em tecnologia ocorreram a partir da ascensão de grupos dominantes, que estiveram à frente das construções de epistemologias em virtude de contextos e subjetividades privilegiados. (SARACEVIC, 1996; SANTOS; CARDOSO FILHO, 2011; ARAÚJO, 2018).

Barreto (1994) fala sobre a relação entre a informação e os seres humanos: a primeira assumiu um papel fundamental na sociedade pós-industrial, tecendo um novo relacionar-se entre humanos e o mundo que habitam, no que concerne à consciência ecológica e social. A informação modifica mentalidades e torna-se fundamental na desconstrução de preconceitos, trazendo benefícios na inter-relação de indivíduos e destes com os ambientes que frequentam, conseqüentemente dos espaços que constroem.

Wersig e Neveling (1975) apresentam a Ciência da Informação a partir do ponto de vista de que existem necessidades sociais que precisam ser sanadas e dispõem essa Ciência como o alicerce do

trabalho prático que saciará essas exigências. Nas palavras dos autores, seria a Ciência da Informação nada mais que "[...] *a social function derivable from historical development.*"²" (WERSIG; NEVELING, 1975, p.28). Conforme as revoluções industriais e demais guerras ocorreram, tornou-se ainda mais difícil apresentar propostas eficientes para problemas informacionais, tamanho desenvolvimento científico, cultural, social e econômico. Os autores afirmam que, no contexto atual, transmitir conhecimento àquelas e àqueles que necessitam é uma responsabilidade social, pilar que sustenta o que seria a disciplina; sendo a informação uma "[...] necessidade presente em todos os aspectos da atividade humana." (FREIRE, 2006, p. 14).

Freire (2006) traz a inclusão social como um dos objetivos primordiais da Ciência da Informação, produto da responsabilidade social imbuída à disciplina. O autor aponta que as sociedades contemporâneas são demarcadas pela construção de redes sociais e compreensão de realidades por meio da informação veiculada. Numa sociedade capitalista, quem tem mais informação está mais incluído. Por conseguinte, é essencial que a Ciência da Informação e seus profissionais trabalhem no intuito de incorporar papéis transformadores de realidades, através da disponibilização de informações para grupos à margem, priorizando o ser humano não-rico, não-branco, não-heterossexual.

Araújo (2003) identifica em seu estudo as relações interdisciplinares entre Ciência da Informação e ciências sociais e salienta que, enquanto a área não encarar o ramo social como parte de seu campo teórico, a produção científica envolvendo o tema continuará carente, evidenciando como essencial o envolvimento dos pesquisadores com contribuições sociais que ecoem no coletivo.

Nesse cenário de inclusão e responsabilidade social, Santos, Targino e Freire (2017) trabalham com a temática LGBT, apontada como área quase inexistente na literatura brasileira da Ciência da Informação. Os autores reforçam a ideia de heterossexualidade como padrão de normalidade, transformando pessoas desviantes em párias. É destacada a importância de Organizações Não-Governamentais (ONGs) no que se refere à informação efetiva dessa comunidade, assim como de políticas públicas.

A aproximação entre minorias sociais torna-se comum visto que

²“[...] uma função social derivada do desenvolvimento histórico.” (tradução nossa).

sofrem com a invisibilização social, e com a negação de suas necessidades. Logo, uma quantidade de informação escassa é disponibilizada (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017); tanto em termos de saúde – além da compreensão de saúde como ausência de doença, mas como um direito fundamental de qualquer brasileira ou brasileiro, em especial para a população LGBT que se depara com os preconceitos dos mais diversos marcadores sociais, principalmente àquelas que além de homo, bi ou transexuais, são mulheres negras, pobres ou deficientes – quanto para acesso a educação, segurança pública ou mercado de trabalho, dentro de uma sociedade patriarcal pautada pela heterossexualidade compulsória.

Adrienne Rich (2010) nos introduz, em seu texto *Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica*, a heterossexualidade como um sistema político que inviabiliza qualquer outro tipo de comportamento que não o heterossexual; desqualifica mulheres em relação a homens, visto que estes figuram uma relação assimétrica em que, devido à construção dos homens como grupo social dominante, torna a mulher o complemento frágil e dócil deste, dentro de uma lógica sexista. Destarte, mulheres que se recusam a performar a feminilidade normativa imposta sofrem dentro da lógica masculinista, assim como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, por não suprirem as expectativas de gênero de uma sociedade desigual e conservadora.

A Ciência da Informação é disciplina detentora da conjuntura de informações necessárias para gerir melhorias em instituições que trabalham com transmissão e acúmulo de conhecimento, fortemente relacionada com o campo do saber, com função social de suporte aos avanços das demais áreas, considerando sua autoridade nos processos comunicacionais de compartilhamento e disseminação de informação (BORKO, 1968). Ressaltar sua condição social atuante como ferramenta informacional que propõe medidas e iniciativas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) torna-se essencial numa sociedade cada vez mais dinâmica e globalizada em que informar é verbo solucionador para conscientização no que tange às desigualdades relacionadas a gênero.

2.2 A MULHER GRECO-LATINA

Figuras da mulher, veiculadas pela perspectiva masculina estereotipada durante as muitas culturas formadoras de opinião desenvolvidas no social, originaram os *topoi*: estereótipos preconceituosos desenvolvidos nos diferentes períodos históricos sobre o que seriam e não seriam as

mulheres. O poder, a informação veiculada, sempre nas mãos do grupo social mais forte, arraigou conceitos constituidores de sociedades desiguais que moldam epistemologias e delimitam o *status* do que é ciência e o que não é, o que é relevante ser considerado fonte ou objeto de estudo científico. Visto a marginalização daquilo que é “feminino”, seguindo essa lógica, o que é estudado envolvendo a temática ainda carrega séculos de construções sociais violentas e preconceitos que serão a seguir abordados.

Na tradição antiga greco-latina eram fortemente propagados os escritos de Hesíodo na obra *Catálogo das Mulheres*, século VIII/VII a.C., do conhecido *topoi* feminino de Pandora, a mulher como origem do mal. Enquanto Prometeu representa o bem e a luz, a dualidade é trazida por Pandora, o mal, as trevas, a ruindade sob um belo rosto feminino, usado para atingir objetivos diversos com finalidades maliciosas que prejudiquem os homens. Daí a concepção judaico-cristã da mulher, mesmo considerada um ser inferior, impelir medo ao sexo masculino. (ANTUNES, 2014).

Pitágoras, no entanto, aceitava ensinar mulheres em sua escola, segundo fragmentos de cartas que trocava com Teano, possivelmente sua esposa ou filha, em que se lia que àquelas que estudavam a matemática ou a filosofia deviam redobrar seus cuidados com o lar e os filhos, agradar ao marido e cumprir demais obrigações religiosas para que não causassem a destruição e desordem da cidade. (ANTUNES, 2014). O que remonta às problematizações de Falquet (2012) acerca do conjunto de trabalhos que a sujeita apropriada deve sustentar (doméstico, procriativo, sexual e emocional) a fim de manter a responsabilidade e estabilidade no casamento, ou da troca econômica amálgama conjugal.

O matemático Pitágoras, quando questionado sobre o motivo que casara sua filha com seu maior inimigo, respondeu: “*Nihil illi poteram dare deterius*. Ele não podia, disse ele mesmo, vingar-se melhor do que dar-lhe uma esposa, porque não há nada mais malicioso no mundo.” (REGISTRO..., 1822, p.10-11, tradução nossa).

Aristóteles descreve a mulher como chorona, invejosa e mentirosa, inferior ao homem e não-evoluída em *Da Geração dos Animais*, II, 3 e em *História dos Animais*, VIII, 1. Platão, em sua obra *A República*. Embora admitisse que as mulheres mais inteligentes poderiam ocupar cargos de filósofos e reis, se tivessem educação adequada, as considerava débeis e sentimentais (ANTUNES, 2014). Segundo o *Registro y Estado de la Imperfeccion, Ruindad, y Malicia de las Mugerres*, obra publicada em 1822 na cidade de Barcelona, que conta com excertos fiéis contextualizados, arrola afirmações de autores

criticando mulheres ao longo da história. Platão, de acordo com a obra de 1822 e com o apanhado histórico de Antunes (2014), dizia que agradecia a Deus por três coisas “ser grego, e não bárbaro, ter nascido homem, não um animal, e ser homem, e não mulher.” (REGISTRO..., 1822, p. 9, tradução de Luísa Marinho Antunes).

O célebre dramaturgo romano Plauto afirmava que as coisas mais inaceitáveis na mulher “são seus gritos e palavras e, acrescenta que, nunca viu nenhuma que mude.” (REGISTRO..., 1822, p.9, tradução nossa). Pode-se observar que os estereótipos femininos das comédias gregas são perpetuados pelo autor, dualizando as mulheres em matronas maliciosas ou jovens recatadas e inocentes, acusando-as de cobiçadoras luxuosas.

Simonides, poeta grego, questionado sobre o que seria a mulher, por fim, responde:

A mulher é a confusão do homem, uma besta inconstante, um cuidado contínuo, um combate incessante, uma lesão de todos os dias, uma gravidez e constrangimento da quietude, um naufrágio da vida continental, um navio de adultério, uma batalha perniciososa, uma víbora sem remédio de onde este proverbio é seguido, é o portal dos demônios, e a rosa do mau cheiro. (REGISTRO..., 1822, p.10, tradução nossa).

Tanto as críticas negativas quanto as obras artísticas que focavam no estereótipo da mulher musa como fonte de inspiração, aquela que desperta o desejo, eram ditadas por um único grupo dominante, masculino e branco. As “qualidades” e “defeitos” eram apontados pela norma, o que foge da norma não é perfeito. O aparato social da época considerava que o desenvolvimento científico greco-latino se dava primordialmente pelo debatido em sociedade, e quem ocupava espaços, cargos e construía as regras eram os homens.

Na seção subsequente abordam-se partes-chave do período Medieval que retratam a misoginia, este momento histórico abarcou alguns dos estereótipos já desenvolvidos sobre grupos de mulheres e os condensou para criar a distorcida idealização da mulher-bruxa. Figura difundida por célebres intelectuais da época, disseminada em suas obras, moldando opiniões e crenças populares.

2.3 A MULHER MEDIEVAL

O trovadorismo, na Idade Média, final do século XII e durante o século XIII, baseava-se amplamente não só nas cantigas de amigo que idealizavam a figura da mulher perfeita, mas também nas de escárnio e maldizer, que procuravam retratar a mulher feia, velha, louca, feiticeira, àquelas que exerciam trabalhos que demandam mais força física, considerados “de homem”, e as prostitutas, mulheres com comportamentos subversivos à época, as chamadas filhas de Eva. Essa dualidade causada pela mulher, ora bela e encantadora, ora velha e louca, serviu para destacar a figura da mulher sensual e glamurizar o amor cortês exercido pelos então “cavalheiros” (ANTUNES, 2014). Afinal, a figura medieval da princesa, tão romantizada em contos e histórias infantis, é vulnerável física e emocionalmente por um motivo: ser salva por um cavaleiro, seu príncipe encantado.

O machismo e a misoginia eram ainda mais comuns no medievo, havendo uma boa recepção do público para textos que apontassem defeitos criados para inferiorizar a mulher, quer em ambiente clerical, quer em ambiente laico. Sabe-se que a medicina e demais conceitos considerados científicos da época iam ao encontro das crenças populares, sendo assim, outros *topoi*, como da mulher velha e mal-humorada, foram sendo delineados. A mulher idosa, que já não menstruava, era lida como uma carcaça venenosa e em deterioração, o sangue menstrual estava retido em seu corpo, portanto, apodrecendo e proliferando maus humores. (ANTUNES, 2014).

O tratado do teólogo e cientista Alberto Magno, escrito por volta de XIII e XIV, que investigava a sexualidade feminina e obstetrícia, alertava para o cuidado com as mulheres idosas, em específico as pobres, que podem infectar crianças com seu mau humor. As premissas aristotélicas são repetidas no tratado *De secretis mulierum* e retratam a mulher como um ser frio e úmido, pronta para sugar o calor do homem, física ou espiritualmente; o homem que manter relações sexuais com mulheres em demasia pode ficar seco, sem vida, vivendo menos tempo. As ideias do trabalho de Magno denotaram grande influência na Idade Média e Renascimento, preocupavam-se em desvendar os segredos que acreditavam ser escondidos pelas mulheres em relação aos homens (ANTUNES, 2014). Em crítica ao sistema sócio-político que condicionou a mulher a papéis oprimidos durante a história, Laqueur (2001) argumenta, em virtude do vago espaço para a caracterização do corpo da mulher, visto que o do homem sempre foi muito bem formado, isso segundo a lógica sexista:

Eu volto mais uma vez [...] ao corpo feminino problemático e instável, uma versão ou um corpo totalmente diferente do corpo masculino geralmente sem problemas e estável. Como as acadêmicas feministas tornaram absurdamente claro, é *sempre* (grifo do autor) a sexualidade da mulher que está sendo constituída; a mulher é a categoria vazia. Só a mulher parece ter “gênero”, pois a própria categoria é definida como o aspecto das relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem. [...] Provavelmente não é possível escrever a história do corpo do homem e seus prazeres porque o registro histórico foi criado em uma tradição cultural onde essa história não era necessária. (LAQUEUR, 2001, p. 32-33).

As noções biológicas sobre a anatomia do corpo feminino implicaram amplamente na constituição de questões sócio-políticas e de gênero. Segundo Laqueur (2001), durante milhares de anos acreditou-se que a mulher tinha a mesma genitália que o homem, informação médica disseminada por Claudio Galeno e compreendida como conhecimento pela população em geral. No entanto, segundo as autoridades clérigas da época, na mulher, o órgão estava retraído, pois lhe faltava energia vital, calor, para expeli-lo. Diferente dos homens, que tinham um calor natural, normativamente perfeitos e com vida.

Na baixa Idade Média (XIII a XV) o sistema feudal entrava em crise e ao final do século XV o sistema capitalista era implantado. A criação das “bruxas”, de acordo com a historiadora feminista e marxista Silvia Federici (2017), foi um ataque do Estado e da Igreja à resistência de mulheres contra a implantação do capitalismo. Mulheres que não desejavam ter sua sexualidade reduzida ao trabalho reprodutivo e muito menos trabalhar para gerar mais mão de obra para ser explorada pelo capital.

Nesse contexto surge o *Malleus maleficarum*, ou Martelo das bruxas, livro base escrito pelos inquisidores dominicanos Krämer e Sprenger, com ampla circulação informacional no medievo a partir do século XV. O *Malleus* teve a primeira edição em 1486-87 e trinta e quatro edições seguiram esta, até 1669. A obra descrevia os procedimentos adequados na identificação, tortura e extermínio de uma bruxa e justifica a falha de caráter feminina por esta ter sido criada de

uma costela curva masculina, que tal como a costela, é contrária ao homem; por isso tão traiçoeira, má, supersticiosa, renegadora da fé. (KRAMER; SPRENGER, 2000; ANTUNES, 2014).

A Igreja Católica forneceu o arcabouço ideológico perfeito para difundir um sistema bruxólico que nascia viciado, somente produziria culpadas. Assim como fez com os hereges, qualquer um que se opunha à palavra católica era demonizado. As torturas violentas às mulheres intituladas bruxas teria cessado quando a sociedade medieval sucumbira ao regime capitalista, eliminando a resistência que prejudicava o sistema econômico sustentado pela união de Igreja e Estado (FEDERICI, 2017).

2.4 A MULHER MODERNA

Conforme a sociedade europeia adentrava no período Moderno, as mulheres começaram a ser mais participativas enquanto leitoras. Os homens da época, amedrontadas com a mínima quebra da ordem social que os privilegiava, iniciam uma série de investidas por meio de panfletos ofensivos que ridicularizavam a mulher que tentava se instruir. Insultos como “mulher-macho” ou “mulher travestida” eram ordinários; também, a figura de Isabel I fomentou essa indignação masculina. Enquanto na Inglaterra, a mulher que seguia em excesso os padrões da moda, utilizando acessórios e maquiagens era igualmente criticada; nesse sentido, a figura da mulher maliciosa e sensual, que usava atributos estéticos como armadilha de sedução entra em voga. (ANTUNES, 2014).

Enquanto isso, na França, 1792, século XVII, Mary Wollstonecraft publicava *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, sua resposta à Constituição francesa de 1791, que não considerava as mulheres cidadãs. A obra é conhecida como o “nascimento” formal do feminismo de primeira onda, que lutava pelo direito das mulheres (brancas) ao trabalho e voto e apoiava os movimentos antiescravagistas. Mary participava efetivamente do movimento abolicionista inglês, um dos mais bem-sucedidos da história moderna que outrora denunciava as condições desumanas de escravos nas plantações inglesas nas Antilhas e Caribe, essa pressão foi essencial para que ocorresse a abolição do comércio escravagista por parte do Império Britânico em 1807. (MORAES, 2016).

Conhecida por seus preceitos iluministas, feminista e abolicionista, Mary arrebanhou seguidores, até mesmos homens, que partilhavam de seus ideais antipatriarcais. O marquês Nicolas de Condorcet (1743-1794), matemático e filósofo, defendia publicamente os preceitos de

Wollstonecraft. Indignado com a situação de exclusão das mulheres na Assembleia Constituinte, enfatizava a hipocrisia daqueles que falavam em igualdade nacional, sendo que metade do gênero humano fora e continuava sendo privada de cidadania, e que o poder de decisão de 12 milhões de mulheres estava sendo discutido por 300 ou 400 homens. (MORAES, 2016).

Mary Wollstonecraft inicia sua Reivindicação manifestando melancolia sobre como a história da humanidade vem sendo manipulada por homens, muito parciais às suas próprias causas; enquanto subestimam a capacidade de raciocínio da mulher, minando seu aprendizado enquanto as privam de educação. Damas sedutoras são moldadas, imbuídas a acreditar desde crianças que o maior objetivo a ser alcançado é a beleza (WOLLSTONECRAFT, 2016).

O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtude (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.25).

A sociedade francesa, extremamente masculinista, juntamente de diversos países europeus que vieram a posteriormente colonizar o Brasil, insistia no insulto que se enquadravam as “mulheres masculinas”, aquelas que se recusavam a seguir os passos para se tornarem damas sedutoras, optando por aprender atividades como a caça. Mary, entusiasta e militante da causa feminista argumentava que, caso ser masculina significasse fazer parte da humanidade e ser respeitada, esperava que as mulheres fossem cada vez mais masculinas, caçassem, pensassem e estudassem cada vez mais. Segundo a autora “a elegância é inferior a virtude” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.28), a aprendizagem de trejeitos dóceis femininos é dispensável para a formação de um caráter sólido e uma mente ativa.

A falácia em afirmar que uma sociedade próspera é baseada na natureza do homem é compreendida por Mary como um equívoco absurdo, visto que nunca foi dada a chance de mulheres demonstrarem sua perspicácia, “os homens, em geral, parecem empregar a razão para justificar preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar desarraigá-los [...]” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.31). Diz-se que as mulheres aprendem ao exemplo da mãe, um misto de fraqueza, alguma

astúcia, obediência exteriorizada, docilidade, a busca do belo; dessa maneira, se atingirem o objetivo da beleza, conseguirão proteção de algum homem por pelo menos 20 anos de sua vida, enquanto não se tornarem idosas em decomposição. Eis o resultado da ignorância. (WOLLSTONECRAFT, 2016).

A educação feminina, sempre voltada à obediência e interiorização de tarefas domésticas, é criticada por Mary, já que reafirma os preceitos da conhecida dualidade feminina: mulher, ora víbora sedutora, ora fraca e débil. Para tanto, a autora confronta o pensamento do filósofo francês Rousseau de que a mulher não deveria, nem por um momento ser deixada sozinha, sem governo, pois sua traiçoeira astúcia natural poderia ser exercitada, tornando-a um objeto de desejo menos sedutor; o que seria inaceitável no que tange ao *topoi* de mulher dócil, sempre disposta a proporcionar relaxamento ao sexo oposto. Para o filósofo, a educação das mulheres deveria findar somente um aspecto: fazê-las agradáveis.

E o senso de agradabilidade feminino se estendeu ao longo das revoluções industrial e francesa, migrando para os outros continentes com a expansão do capitalismo. A figura de transição da mulher moderna é marcada pela tímida inserção da mulher no mercado de trabalho, desde que mantivesse o rigor nas tarefas domésticas. A vigilância sobre os corpos femininos é encontrada em excertos históricos feministas contemporâneos.

2.5 A MULHER CONTEMPORÂNEA

Nos séculos que se seguiam, o cenário para as mulheres continuou opressor, vide o apoio científico no século XVIII, em especial da medicina, na legitimação da inferioridade do sexo feminino perante o masculino sustentada na argumentação de força física. No século XIX, a teoria evolucionista de Charles Darwin liderava os preceitos de ciência, o naturalista apostava na teoria da complementaridade dos sexos. A compensação da fraqueza de um sexo em comparação a outro, logo a mulher não era igual ao homem e sim um elo complementador mais fraco. Os homens, segundo Darwin, continuam sendo mais fortes no intelecto, imaginação e sentido; enquanto as mulheres o são na ternura, na imitação e na percepção rápida. (ANTUNES, 2014).

Dando sequência ao século XIX, introduz-se o *topoi* da mulher histórica, delineada a partir da Idade Média com preceitos de mulher diabólica, vai, aos poucos, se despreendendo desse estereótipo advindo do mal cristão para ser justificado através da medicina. A histeria, no século XIX, não é mais vista como obra do demônio personificado na

mulher, e sim como uma patologia a ser tratada. Qualquer comportamento fora do regime conservador e patriarcal é considerado histeria em terras europeias. Muitas mulheres que cogitavam sentir prazer ou manter relações sexuais que não tinham como objetivo a reprodução conjugal eram logo encaminhadas a centros, antigos hospícios, para tratamento dos males da histeria. (LAVEDA; MARTÍNEZ; ANTÓN, 2014).

Em *Tratados práticos sobre doenças dos órgãos sexuais das mulheres*, de F. W. Scanzoni (1862), uma das obras precursoras no que concerne histeria, o autor afirma que a, até então, patologia é compreendida como uma “neuralgia do útero”, apresentando secura na e aperto incomum na vagina. No entanto, o autor salienta que duvida que todas as pacientes diagnosticadas com a doença de fato a tiveram, pois na autópsia não se encontrou registro orgânico dos males. (LAVEDA; MARTÍNEZ; ANTÓN, 2014).

Cada vez mais mulheres começam a ser diagnosticadas com histeria e os médicos da época, no intuito de aliviar os centros e suas próprias salas de consulta com a alta demanda, começam a investir em novos tratamentos. Assim nasce o primeiro vibrador, por volta de 1880. Era consenso que a causa dessa doença era a frustração sexual feminina, o vibrador, aparelho eletromecânico, era instrumento para efetivação do tratamento da histeria: a massagem pélvica. As mulheres não precisavam mais ir ao consultório para receber a masturbação, ou massagem pélvica, visto que o primeiro termo não era usado na época; poderiam realizar o tratamento no conforto de sua casa, com a supervisão do marido e com fins estritamente médicos. (LAVEDA; MARTÍNEZ; ANTÓN, 2014).

O *topoi* da mulher histérica começa a cair em desuso a partir do século XX, por mais que alguns ainda a usem no século XXI como sinônimo de nervosismo. Com a investida feminista na luta do direito pelo voto, as sufragistas brancas europeias foram um dos grupos de mulheres que mais conseguiu atribuir visibilidade pelo sufrágio feminino e de outras desconstruções sociais relacionadas à sexualidade feminina e histeria. Tal direito em terras brasileiras ocorreu em período posterior na história, que será devidamente elucidado nas subseções que se seguem, assim como a força de trabalho da mulher negra, que está em atuação muito antes da vontade das mulheres brancas e europeias de poder sair de casa sozinhas ou exercer trabalho remunerado fora do lar.

2.6 A MULHER BRASILEIRA

A princípio, a história brasileira está demarcada pelo poder que rege o *pater families*, o patriarca da família exercia domínio sob todos aqueles que dele dependiam. A mulher passa de filha a esposa, sempre como propriedade, sendo o desejo e soberania do patriarca indiscutíveis. Os casamentos eram arranjados em prol dos interesses familiares, o amor entre o casal não era um objetivo e as mulheres deveriam ser deveras submissas e fiéis a seus esposos, com o único fim de gerar um herdeiro; aos homens, a sexualidade, heterossexual como norma, era livremente expressa, sendo comuns relações extraconjugais. (SCOTT, 2013; HAHNER, 2013).

Em muitas ocasiões, os casamentos arranjados davam-se entre membros de uma mesma família, primos de primeiro ou segundo grau, em especial no século XIX; visto que as famílias da alta sociedade ainda eram poucas, os casamentos consanguíneos facilitavam a manutenção da linhagem nobre. Os costumes patriarcais começaram a ser questionados a partir da virada para o século XX, mas a reprodução dos valores machistas coloniais deu-se durante o próprio século XX e continua durante o século XXI, com o discurso liberal velado pela modernidade e o livre arbítrio. (SCOTT, 2013; HAHNER, 2013).

Saber tocar um instrumento musical, de preferência o piano, era um imperativo valioso para as meninas de classe alta no momento de arranjar um casamento. A virgindade das meninas, muitas vezes mal saídas da infância, era essencial e estas se casavam com homens mais velhos, tios ou primos, ou homens bem relacionados de outras famílias. O casamento ocorria depois da primeira menstruação, em geral a noiva não tinha noções de práticas sexuais ou contracepção. Estupros eram corriqueiros, ainda mais em crianças socialmente vulneráveis, pobres ou escravas, o abuso dava-se por seus senhores, patrões e familiares, assim que estas começavam a desenvolver os primeiros traços do corpo. (AREND, 2013).

No outro extremo da sociedade brasileira, a sina era o labor. Antes das noções modernas de trabalho infantil do século XXI, no século XIX as meninas pobres e escravas trabalhavam, e de maneira exorbitante. Por mais que as meninas escravizadas pudessem brincar livremente com as “sinhazinhas” quando estavam na primeira infância, assim que cresciam, tornavam-se bonecas das brancas: deveriam estar sempre à disposição para servir. A partir dos quatro ou cinco anos de idade, meninas pobres interioranas (escravas, libertas ou livres) começavam a auxiliar nas atividades domésticas, tratando as galinhas,

porcos e vacas, sobretudo atividades que requeressem mãos pequenas e habilidosas; nas cidades, vendiam mercadorias como ambulantes e auxiliavam na lavagem de roupas de famílias mais abastadas, algumas ainda aprendiam ofícios especializados como tecelagem, costura, a realizar partos e benzer. (AREND, 2013).

O período a partir dos anos oitocentos, final do século XIX e início do XX, ficou conhecido como a *Belle Époque* brasileira. O país passara a se descaracterizar como inteiramente agrário, no intuito de não parecer atrasado em relação aos países europeus. A escravatura havia sido abolida. Dava-se início ao construto de uma sociedade “moderna e higiênica”. Uma nova sociedade requeria novos moldes familiares, nesse sentido, a vontade dos cônjuges passa a ser levada em consideração; o amor romântico é enaltecido, fora da alçada de interesses familiares. A mulher passa a ter que incorporar o papel de dona do lar, não mais amas de leite; a mãe é responsável pela educação e criação dos filhos e a imagem contemporânea da família tradicional europeia, constituída por pai, mãe e filhos, contentes e seguros em seu lar higiênico é priorizada. (SCOTT, 2013).

Com a industrialização desse novo Brasil, o esperado era de que a classe operária fornecesse mão de obra disciplinada para as indústrias, o que, de acordo com a civilização, não tolerava mão de obra de mulheres e crianças;

[...] nos primórdios da industrialização do Brasil, as mulheres (assim como as crianças) integraram-se às atividades industriais. Gradativamente, contudo, o panorama foi mudando. Em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; já em 1950 somavam pouco mais de 20%. (SCOTT, 2013, p.18)

As mulheres, de todas as classes, foram incentivadas a deixar o trabalho nas fábricas para se dedicar ao lar, a grande imigração de europeus para o Brasil também potencializou a concorrência com a mão de obra masculina, assim como a migração do campo para a cidade, foi causando a evasão das mulheres da indústria. Agora, estas eram as que criavam e cuidavam do trabalhador ideal. (SCOTT, 2013).

No entanto, assim como na França de Mary Wollstonecraft, outra mulher, Dionísia Pinto Lisboa (1810-1885), mais conhecida como Nísia Floresta, quebrou normas para fornecer estudo a algumas meninas

brasileiras. Não há comparação entre o iluminismo francês que circundou os princípios de Mary, bem como a liberdade, igualdade e fraternidade francesa, sabendo que o feminismo de Wollstonecraft teve força enquanto movimento social emancipatório, de superação da dependência financeira. Mesmo assim o Brasil, país dominado pelas colônias portuguesas e escravagistas até o século XIX, foi berço de Nísia, bem-nascida, filha de pai português e mãe nascida no Rio Grande do Norte, teve o privilégio de ter uma educação restrita a uma minoria das meninas brasileiras desse período. (MORAES, 2016).

Floresta viajou diversas vezes para França, onde teve contato com os ideais positivistas, possibilitando que trouxesse o debate feminista para o Brasil. Conhecedora do idioma francês, publicou em 1832 *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, obra inspirada na tradução de *Reivindicação do direito das mulheres* da francesa Mary Wollstonecraft (2016), por mais que haja controvérsias enquanto a exata obra traduzida de Wollstonecraft, visto que o acesso à informação era escasso no século XIX, ainda mais em um país colonizado como o Brasil. (MORAES, 2016).

Nísia funda em 1937 o Colégio Augusto, que ensinava as mesmas disciplinas às meninas que os colégios masculinos ensinavam a seus alunos. As garotas aprendiam a ler, escrever e tocar piano, enquanto as escravas negras realizavam os trabalhos domésticos e permaneciam analfabetas. (MORAES, 2016).

Outra brasileira e feminista, Maria Lacerda de Moura, em 1924 já rebatia a misógina ciência de Miguel Bombarda, que limitava a mulher a um ser com organismo defeituoso, de inferioridade psíquica e com certo grau de anomalia mental, tornando-se mais desenvolvida apenas depois da menopausa, liberta das obrigações sexuais, fase em que seria “mais homem”, logo, “mais intelectual”. Com sua obra *A Mulher é uma degenerada?*, Moura desmonta minuciosamente as concepções médicas da época, atribuindo àquilo que os cientistas e médicos outrora chamaram de “incapacidade mental feminina” à injusta concentração de poderes na mão do então sexo alto, ou sexo masculino, sendo as mulheres privadas do direito à educação. A falta de educação seria a culpada da “falta de energia de espírito”, como diria Bombarda sobre as mulheres; tanto que, segundo o primeiro censo brasileiro de 1872, apenas 11,5% da população feminina e 19,8% da população masculina sabia ler e escrever. (ANTUNES, 2013; HAHNER, 2013).

Para os homens a carreira acadêmica na medicina ou direito era indicada, às mulheres, nem mesmo às de mais alta classe era recomendado o ingresso na academia, pois os cursos ofereciam um

direcionamento clássico para a vida política (HAHNER, 2013), e, de acordo com os moldes da sociedade: mulheres não entendem de política. De música ou idiomas? Um pouco, mas supõe-se que um homem sempre pode fazer melhor. O século é XXI, não XIX, 200 anos se passaram e a premissa pós-colonial ainda grita o mesmo: mulheres não entendem de política. Ou será que foi um acaso o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016? Quem define o que é política? Como é definida a política?

A Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UNB) publicou o livro *Mídia, Misoginia e Golpe* (2016), com organização de Geraldine *et al.*, em que 53 entrevistas são concedidas por professoras e professores universitários e demais teóricas e teóricos da área de gênero. A resposta é contundente sobre a influência da misoginia no processo político inferido à Presidenta Rousseff, fruto de uma história patriarcal com heranças culturais sexistas que influenciam a opinião pública por meio das mídias populares de comunicação. Ainda, a Organização da obra ressalta que mesmo o trabalho não carecendo do devido distanciamento histórico para publicação, permanecer em silêncio diante do ocorrido com a ex-presidenta é compactuar com o processo.

Luísa Marinho Antunes (2013) nos fala de alguns dos *topois* atribuídos às mulheres durante a história mundial: histérica, louca, exagerada, bruxa, lésbica. Àquelas e àqueles que subvertem a norma causam estranheza e as consequências desta se manifestam das mais diversas formas, geralmente regadas a algum tipo de violência física ou moral daqueles que constroem o que se compreende como norma: o homem, a heterossexualidade, a branquitude.

As causas principais relacionadas à dificuldade de inserção da mulher no meio político dão-se, principalmente, pelo poder pessoal adquirido por grupos demarcados ao longo da história; nesse caso, membros de parlamentos e governos. Tal poder não está primeiramente relacionado com o poder político por si só, e sim com uma atmosfera de poder pessoal manipulada entorno de hierarquias, sejam estas de gênero, raça ou classe que constituíram o poder político.

A hierarquização propagada na sociedade brasileira nada mais é do que um reflexo do processo decolonial e uma reprodução das ordens hierárquicas, tão violentamente construídas, que legitimam a desigualdade dos ricos sobre os pobres, dos homens sobre as mulheres, das mulheres brancas sobre as negras. Há um abismo econômico e social entre esses grupos e um conglomerado de elites, não somente socioeconômicas como acadêmicas e sindicais. A entrada de personas que “não pertencem” a espaços de poder desencadeia a limitação

imediate por aqueles (as) que dominam esses espaços; logo, quando uma mulher adentra num espaço parlamentar sua fala carrega todos os estigmas históricos, a fala é compreendida como inferior, de mulher, fala de feminista (PINTO, 2010).

No Brasil do século XX, outros ajustes foram feitos no mantimento da sociedade urbana aos moldes europeus, não exclusivamente por causa de feministas brasileiras, mas com o real intuito de assemelhar o Brasil com a Europa. Foram instituídas políticas públicas em 1930; direitos como a consolidação das leis trabalhistas, criação da carteira de trabalho e justiça do trabalho, implementação do salário mínimo e concessão ao direito do voto feminino. (SCOTT, 2013).

Ainda no século XX, começa a entrar em atividade uma nova noção de infância, seres humanos entre zero e dezoito anos passam a ser considerados seres em formação, do ponto de vista corporal e psicológico. A nova premissa não foi tão facilmente aceita pela população brasileira, pois considerava a infância como fase de aprendizado e cuidado, divergindo das atividades de trabalho costumeiras que as crianças outrora realizavam. As noções de maternidade igualmente modificaram-se, agora a filha ou filho passa a ser uma extensão do corpo da mãe, merecedora de todo o cuidado. Médicos, psicólogos e pedagogos passam a dedicar atenção ao estudo da infância, para tanto, preocupações acerca da socialização destas, em especial das meninas, passam a ser priorizadas. (HAHNER, 2013).

Ao longo do século XX garotas foram desencorajadas a subir em árvores, mergulhar em rios e brincar com meninos em locais ermos após os seis anos de idade. Autorizadas a brincar somente de bonecas, panelinhas e tanques de lavar, enquanto os meninos brincavam de cavalinho de pau, carrinhos, bolas e ferrovias. A novidade de inserção das crianças em ambiente escolar carecia de novas roupas, aos meninos estavam destinados os calções curtos, bonés e jaquetas, às meninas fitas no cabelo, saia sem armação e blusas mais folgadas. Quando meninos começavam a usar calças compridas e meninas vestidos semelhantes ao de mulheres adultas, as vestimentas indicavam que já estavam na “mocidade”. A criança do sexo feminino deveria ser meiga, enquanto a do masculino deveria ser aventureira e decidida, esses estereótipos de gênero deveriam ser reforçados pela moda, independentemente do nível social das famílias. (HAHNER, 2013).

Na década de 1940, nos Estados Unidos, ocorreu a primeira associação da cor rosa às meninas e azul aos meninos, principalmente em bebês. A publicidade das indústrias alavancou essa tática de

produção em larga escala e uniforme, influenciando países como o Brasil nos anos 1970, mercado até então inexplorado no país. (HAHNER, 2013).

A partir desse ponto histórico, os estereótipos de gênero começaram a ficar cada vez mais arraigados às cores. A adolescência da jovem brasileira dos anos 1970 e 1980 começa a ser marcada pelos romances “água com açúcar” e as revistas femininas, cujo intuito culminava na construção de uma subjetividade feminina angelical, meiga e ingênua, que priorizava o encontro do então “príncipe encantado”. A naturalização de comportamentos abusivos de homens perante mulheres segue sendo propagada, reforçada por diferentes fontes de informações culturais da época que procuravam firmar a identidade “indefesa” da mulher. (HAHNER, 2013).

No entanto, ao contrário do costumeiro ritual: namoro, noivado casamento; na década de 1980 as pessoas podiam namorar por um curto período e logo “morar juntas”. Após os 13 anos de idade adolescentes aderiam o “ficar”. Relacionavam-se afetiva e sexualmente sem compromisso sério. Práticas sexuais homossexuais, ainda consideradas uma transgressão social, começaram a ser mais visíveis por parte dos jovens, mais destemidos, principalmente entre as meninas. (HAHNER, 2013).

Entre os anos 1980 e 2000 surge a “gatinha”, padrão difundido entre as adolescentes brasileiras com principal fomento por parte da fonte de informação revista *Capricho*, uma das revistas femininas mais bem-sucedidas do Brasil, com influências do mercado da moda e cosméticos. A “gatinha” possui diversas características: pode usar diversos tipos de maquiagens faciais, todavia, obrigatoriamente, deve ser magra (HAHNER, 2013). A magreza é difundida fortemente como padrão de beleza, o estouro das modelos brasileiras nacional e internacionalmente incentiva esse estereótipo tão veiculado nas mídias e preocupa profissionais de saúde, surpreendidos com transtornos como anorexia e bulimia.

O senso comum do que é belo para uma mulher é tão violentamente anexado à sociedade pelas mídias que faz com que mulheres muito ou pouco fora do padrão desenvolvam sérios transtornos. O molde é claro (literalmente) nas revistas, a mulher, para ser desejada (e aqui a aprovação do sexo masculina é essencial) deve ser: branca e magra. Caracterizando como desviantes mulheres negras, de outras etnias, gordas e deficientes.

No ano de 2003, no governo federal do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a primeira Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM), no intuito de promover a igualdade entre homens e mulheres, combatendo “[...] as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.” (BRASIL, 2014).

Para tanto, a implantação da Lei 11.340 de 2006, “Maria da Penha”, representou um grande avanço no enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Lei fundamentada desde meados de 2002 por diversas Organizações Não-Governamentais Feministas foi apresentada como anteprojeto em 2004 para ser então aprovada em 2006 com modificações. É, de fato, uma conquista dos movimentos feministas brasileiros no que cerne à prevenção e punição contra qualquer tipo de violência contra as mulheres. (BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011).

[...] Em suma, a Lei Maria da Penha reconhece a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços público e privado, ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Delimita, ademais, o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e inverte a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade, de modo a privilegiar as mulheres e dotá-las de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e social, garantindo-lhes sua emancipação e autonomia. (BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011).

Por mais que exista, em Lei, uma punição às atrocidades cometidas contra as mulheres, o ato da denúncia por parte destas é um problema também complexo, estruturado por séculos de um desenvolvimento social fadado à submissão, muitas mulheres vivenciam situações diárias de violência; impedidas de denunciar por medo e pela falta de outras políticas sociais que as amparem, seja pelo fato de, em muitos casos, o homem ser o provedor do lar ou do receio de se reconhecerem vítimas. Segundo o Mapa da Violência de 2015, 4.762 mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 50,3% dos crimes cometidos por familiares, em 33,2% dos casos o assassinato foi proferido pelo parceiro atual ou ex. A taxa de assassinato de mulheres negras aumentou em 54% de 2003 a 2013. De acordo com o Ministério da Saúde (MS) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos registros nacionais de

violência sexual, 89% são vítimas mulheres, 70% destas são crianças e adolescentes e em 70% dos casos, essas meninas são estupradas por parentes, namorados ou conhecidos/amigos. O Brasil é o 5º país que mata mais mulheres por ano, 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. O feminicídio é real, mulheres morrem por serem negras, lésbicas, transexuais, pobres, idosas, crianças, adolescentes, por serem mulheres, por representarem personas vulneráveis e fetichizadas no imaginário masculinista. Por mais que existam medidas mínimas protetivas, a hegemonia está longe de ser rompida. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2016; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

As políticas públicas para mulheres estruturam-se também a partir do gênero, visto que nascem das desigualdades entre os sexos feminino e masculino, com outros agravantes como raça e classe. Considerando que essas políticas com recorte de gênero compreendem a desigualdade e relações de poder entre sexos e intrasexo, a atenção muitas vezes é concentrada no feminino, condição historicamente oprimida (BRASIL, 2014).

No poder executivo federal, as políticas para as mulheres são orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sendo os organismos governamentais dessas políticas estaduais e municipais e, devem instigar e enfatizar as sujeitas a identificarem falhas políticas relacionadas a gênero e mulheres para contribuição em agenda nacional. Novas estratégias devem ser criadas de maneira a burlar o construto social da conservadora divisão sexual do trabalho, que insiste em manter a mulher somente na esfera doméstica, numa conjuntura familiar heteronormativa estereotipada que inviabiliza sua autonomia. Alguns desses valores já foram e estão sendo desconstruídos, vide a convivência com outras realidades, como as mães solo, famílias monoparentais e homossexuais. (BRASIL, 2014).

As políticas públicas não são neutras, assim como todas as sociedades mundiais nas mais variadas esferas agiram em nome de interesses brancos e masculinos, o mesmo aplicou-se às constituições, políticas e leis enquanto partes intrínsecas dessas sociedades. A construção de uma nova institucionalidade, integrada às políticas de gênero, atualmente não parece tão distante do que já fora, por mais que um longo caminho precise ser trilhado. Por exemplo, infelizmente são comuns episódios como a perseguição da filósofa Judith Butler em novembro de 2017, verbalmente agredida por um pequeno grupo de conservadores e religiosos contra a “ideologia de gênero”, pintada como uma espécie de figura diabólica em cartazes agressivos, referenciada como as antigas “bruxas” do medievo, que nada mais eram do que mulheres violentadas

por romperem a norma vigente da época. (BRASIL, 2014; MASSUELA; D'ÂNGELO, 2017).

Em entrevista à revista *Cult*, Butler (2017) afirma que “O conceito de gênero gera muito medo. É uma ideia muito mal compreendida e representada como caricatura. [...]” e defende que “[...] A democracia é uma luta diária que requer um agrupamento do pensamento crítico dedicado a responder as forças que censuram as palavras, restringem a nossa liberdade, condenam nossos amores e reproduzem legados de violência e dominação [...]”. A estudiosa aclamada como teórica nas questões *queer* e de gênero desde os anos 1990 veio ao Brasil em 2017 como participante do Seminário *Queer*, organizado pela *CULT* e *Sesc*.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), também em 2017, uma professora membra do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), foi ameaçada de morte através de mídias sociais por trabalhar com a subtemática divisão sexual do trabalho dentro das questões de gênero. Outra mestrandia também foi intimidada em apresentar sua dissertação por tratar de sexualidade e diversidade de gênero na educação infantil. (MARINHO; SANTOS; VIGNÉ, 2017).

A onda conservadora que assola o país não deve obstruir as conquistas dos movimentos feministas enquanto a consolidação de políticas públicas ou de estudiosas que militam em trabalhar pautas de gênero dentro de espaços acadêmicos normativos. A transversalidade de gênero, a incorporação de pautas desse teor aos âmbitos sociais, econômicos, culturais ou políticos deve ser efetiva, evitando a restrição dessas políticas a ministérios e políticas específicos. A interação sociedade e estudos de gênero é desejável em todas as esferas governamentais, visando objetivos políticos de igualdade, que questionem as relações de poder que moldam as violências sofridas por mulheres, as segregam e invisibilizam enquanto seres políticos. A militância, as políticas públicas, os programas sociais, o estudo, a informação e disseminação desta, a Ciência da Informação como facilitadora desse processo, são conjunturas essenciais para a conquista de espaços pelas mulheres em todas as esferas, rumo a um país que valorize suas conquistas e mire em um futuro mais igualitário.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta seção serão apresentadas: a caracterização da pesquisa; a metodologia que a embasa, juntamente da elucidação desta e dos procedimentos metodológicos necessários para alcance dos objetivos específicos, com quadro metodológico para melhor visualização das ações realizadas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é delineada como bibliográfica, pois além de utilizar deste método para embasamento teórico referente à revisão de literatura, vale-se de um *corpus* constituído de fontes bibliográficas específicas: os anais do Enancib. Exploratória enquanto a nível, por dispor-se a propor uma visão geral sobre determinado fato, neste caso, as questões de gênero vinculadas à Ciência da Informação, investigando o *corpus* por meio de procedimentos sistematizados (GIL, 2008). Considerado que “[...] parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo [...]” (GIL, 2008, p. 50), aplica-se como abordagem de análise e teórico-metodológica da pesquisa a Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiuzzi (2006).

Anterior a explicitação e contextualização da Análise Textual Discursiva, principal abordagem teórico-metodológica incorporada a este trabalho, serão explicadas a Análise de Discurso (AD) e Análise de Conteúdo (AC), teorias que serviram de fundamento para a Análise Textual Discursiva. Juntamente dos elementos comuns da Análise de Discurso e Conteúdo, frisa-se o uso de outras duas abordagens teóricas que serão aliadas à Análise Textual Discursiva: a crítica feminista e o materialismo histórico. A primeira, instrumentada por um viés desconstrucionista de gênero, questiona os pressupostos da dita neutralidade da ciência. Aponta a objetificação e negação do acesso à informação à mulher ao longo da história mundial, empurrando-a à uma margem socialmente vulnerabilizada; visto que não é um ser vulnerável, pois a característica lhe foi imbuída ao longo de uma colonização do saber em relação a gênero, raça, classe e outros diversos recortes sociais (SARDENBERG, 2001).

A segunda abordagem aliada, o materialismo histórico, é fundamentada em bases teóricas propostas por Marx e Engels. Prioriza a dimensão histórica dos processos sociais, pautada por toda uma lógica

de produção e intercâmbio de produtos para o embasamento de uma ordem social (GIL, 2008), no contexto de que o materialismo histórico “[...] a partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas, etc.) [...] procede à interpretação dos fenômenos observados”. (GIL, 2008, p. 22).

O estudo está norteado pela ética reflexiva abordada por Witter (2010), no que se refere a preocupação em se considerar aspectos éticos na escolha do problema, abrangendo a ética quanto à necessidade social e científica da pesquisa e, quanto à escolha de instrumentos e delineamento do estudo. (WITTER, 2010).

3.1.1 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo é uma prática interpretativa e técnica de pesquisa, quantitativa e/ou qualitativa, datada no início do século XX, que utiliza como matéria-prima produtos da comunicação (textos, gravações, vídeos, etc.) em que inferências são feitas em dados contidos nesses materiais comunicacionais para um contexto. (KRIPPENDORFF, 1989; ROQUE, 1999; ROCHA; DEUSADARÁ, 2005 *apud* PASSOS; BLATTMANN, 2018, p. 58).

Para Bardin (2011, p.47) a AC pode ser sintetizada como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A Análise de Conteúdo, “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p.31), desenvolvida até meados dos anos 40, século XX, nos Estados Unidos da América (EUA), com raízes no jornalismo, é um campo que consiste num conjunto de técnicas adaptáveis ao vasto campo da comunicação (BARDIN, 1977). E, que, segundo Bardin (1977) pode ser aplicada a qualquer transporte de significações entre emissor e receptor.

Essa metodologia é usada para descrever o conteúdo de toda uma classe de documentos,

sendo também uma interpretação pessoal do autor acerca da categorização atribuída pelo mesmo em relação ao material, por mais que foque na estrutura do conteúdo. (ROQUE, 1999). Sendo assim, mesmo que o contexto do conteúdo a ser analisado esteja explícito por meio dos dados nos textos é primordial que o analista reconstrua esse conceito para assim criar categorização adequada ao contexto que lhe apetece; desconstruindo a característica exclusivamente quantitativa conferida à Análise de Conteúdo no início de seu surgimento, como, por exemplo, Berelson (1952) defendera. (PASSOS; BLATTMANN, 2018, p. 55).

A Análise de Conteúdo pode ser configurada também como análise temática, em que o estudo é direcionado para responder “o quê?”, ou seja, direcionada para a análise da mensagem propriamente explícita no texto, os argumentos e ideias ali expressos e seu valor informacional, sistematizando a informação contida no texto com o intuito de impor objetividade analítica ao material. (ROQUE, 199; ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Segundo Berelson (1952, p.16) “a Análise de Conteúdo se preocupa com o que é dito, não tenta identificar o porquê de o conteúdo ser como é ou como as pessoas reagem a ele. Deixando a questão “como?”, no sentido de analisar como o discurso do texto foi construído, para a Análise de Discurso, que será discutida a seguir.

Efetuada a delimitação do material comunicacional a ser utilizado, sua categorização, descrição e interpretação (ROQUE, 199) têm-se a AC, a que pode, ainda, ser imprimida uma função heurística, em que o processo metodológico é ainda mais enriquecido em sua tentativa exploratória, pois aumenta a propensão de descoberta do estudo (BARDIN, 1977), incitando a um resultado original, aportado pela teoria crítica em que se baseia sua interpretação.

3.1.2 Análise do Discurso

A Análise de Discurso, herdeira da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo, trata do discurso. A própria etimologia da palavra remete a movimento, curso, percurso, não tratando somente da transmissão da informação de um emissor a um receptor, mas de um sentido que contextualiza o ser humano de acordo com suas práticas de linguagem,

tempo e espaço. Interroga o primeiro campo que herda pela falta de historicidade, o segundo pelo “como” ou “o que este texto quer dizer?”, considerando que a língua não é a transparente à materialidade impressa na ideologia, não sendo completamente definida pela mesma (ORLANDI, 2007).

Partindo do colocado por Orlandi (2007), a AD descentraliza o discurso do sujeito e relativiza o objeto da linguística (linguagem) em sua materialidade, trabalhando com como “[...] a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.” (ORLANDI, 2007, p.16).

Surgida no fim dos anos 1960, século XX, a priori foi utilizada nas Ciências Humanas e Sociais para preencher as lacunas conteudistas da AC. Para Maingueneau (1999, p.66) “para a análise de conteúdo, o discurso não seria senão um meio de atingir o real e não uma modalidade desse real que deve ser apreendido em sua materialidade”. A problemática da discursividade, advinda das contribuições da Análise de Discurso, articulando linguagem e sociedade, não tem a intensão de criar uma nova linguística e sim expandir teoricamente visões e alternativas de análise à visão tradicional das práticas da língua. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

Na Análise de Discurso o sujeito é histórico e linguístico, não se separando forma e conteúdo, ao contrário da Análise de Conteúdo, a língua é compreendida como acontecimento e estrutura. Partindo de pressupostos psicanalíticos, desloca a noção do ser humano para o sujeito, que se materializa na relação com o histórico-simbólico (ORLANDI, 2007).

Em suma, o rigor metodológico em questões de conteúdo da Análise de Conteúdo, muitas vezes trabalha em conjunto como norte em trabalhos de Análise de Discurso (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005), salientando de maneiras mais precisas os caminhos objetivos a serem investigados numa pesquisa; no entanto, na Análise de Discurso, o analista não descobre ou cria uma categorização que estava até então implícita em relação a determinada teoria, mas participa da intervenção social possibilitada pela análise do discurso.

3.1.3 Análise Textual Discursiva

Alinhados os pontos complementares do estudo, retoma-se a fundamentação da Análise Textual Discursiva, abordagem de dados que transita entre a Análise de Discurso e a Análise de Conteúdo, contudo, a Análise Textual Discursiva é composta por três ciclos elementares para

sua aplicação, que aspiram um processo auto-organizado. (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006). Sendo assim, os ciclos da Análise Textual Discursiva integram a:

a) desmontagem dos textos – ou unitarização, etapa em que são examinados os materiais a serem analisados, no caso desta dissertação, os anais advindos dos Enancib, a fim de fragmentar esses textos em seus detalhes no intuito de atribuir unidades de significados a cada um,

[...] estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto [...]. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.118).

b) estabelecimentos de relações: nesta etapa é realizada a categorização da(s) unidade(s) descritiva(s) atribuída(s) a cada texto, ou a articulação dos significados comuns ou semelhantes; englobando o cruzamento das então “variáveis” para a construção de relações entre essas unidades base, “[...] combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias.” (MORAES, 2003, p.191).

c) captando o novo emergente: na etapa final, a resultante é a produção de meta-textos que comporão a redação dos textos interpretativos, advindos do trabalho de interpretação, problematização, produção de argumentos e teorização feitos pela autora, com o aporte e a visão interpretativa da crítica feminista; findando explanar a compreensão, que se materializa como produto, da combinatória de elementos analíticos explicitados nas etapas a e b. (MORAES, 2003).

Como processo auto-organizado qualitativo que finda, a Análise Textual Discursiva provoca a emersão de novas compreensões originais e criativas, por meio da apresentação e discussão dos elementos estabelecidos e de unidades comuns, da categorização e da interpretação baseada na crítica feminista, que validam o debate e permitem uma desconstrução dos textos para a então compreensão a partir de outro ponto de vista. (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006).

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para associação dos métodos utilizados para concretização de cada objetivo específico, proposto na seção um (1) deste projeto, criou-se o quadro de procedimentos metodológicos a seguir para melhor visualização prática:

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos da pesquisa

| OBJETIVOS | MÉTODO | RESULTADOS |
|---|---|--|
| a) Identificar nos Anais do ENANCIB os trabalhos que foram apresentados relacionados a gênero até o ano de 2017; | - Pesquisa bibliográfica; - Nível exploratório; | - Recuperação dos trabalhos competentes à pesquisa, fazendo uso dos termos de busca: gênero, mulher, feminino, feminina, LGBT, na busca por título no repositório digital Benancib; - Totalidade dos trabalhos apresentados no evento referentes ao tema; |
| b) Categorizar os anais por meio de marcadores sociais específicos; | -Abordagem teórico-metodológica Análise Textual Discursiva (ATD); | - Estipulação das variáveis utilizadas para categorização dos textos; - Categorização dos textos por meio dos marcadores sociais que foram identificados a partir da leitura e interpretação dos trabalhos, considerando os temas norteadores de cada um, recuperados por meio dos termos de busca; |
| c) Traçar um panorama sobre estudos de gênero por meio das categorias, considerando os recortes sociais da temática e o contexto social histórico do Brasil na Ciência da Informação; | -Pesquisa bibliográfica; - Abordagem teórico-metodológica Análise Textual Discursiva (ATD); - Abordagem teórica Materialista Histórica; - Abordagem teórica Crítica Feminista; | - Identificação da intersecção da temática gênero na Ciência da Informação através do evento Enancib; |
| d) Discutir os diálogos | - Análise e interpretação do | - Construção de uma |

| OBJETIVOS | MÉTODO | RESULTADOS |
|--|--|--|
| apresentados sobre o tema na Ciência da Informação dentro do evento. | <i>corpus</i> da pesquisa; - Abordagem teórico-metodológica; Análise Textual Discursiva (ATD)- - Abordagem teórica Materialista Histórica; - Abordagem teórica Crítica Feminista. | narrativa teórica de gênero dentro da Ciência da Informação no contexto do Enancib, considerando os devidos recortes sociais cabíveis de acordo com os marcadores sociais utilizados para categorização. |

Fonte: elaborado pela autora (2019).

A identificação referente aos trabalhos integrais apresentados e disponibilizados *on-line* dentro da grande área gênero no Enancib se dará por meio do repositório BENANCIB. Os trabalhos serão recuperados por pesquisa avançada utilizando os termos de busca: gênero, mulher, feminino, feminina, LGBT, com operador booleano OR, filtrando por título e resumo. O Tesouro para Estudos de Gênero e Mulheres de Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998) foi utilizado para a escolha dos termos. Referente à temática LGBT serão priorizados os seguimentos LBT da sigla, considerando que o estudo visibiliza mulheres; mesmo a nomenclatura não estando presente no tesouro, considerou-se a urgência, importância e a correlação do tema.

A leitura dos anais recuperados embasa a Análise Textual Discursiva usada como método e abordagem teórica, visto que frisa a importância da consideração dos contextos históricos e sociais em determinado espaço-tempo e é fundamental no que concerne à delimitação dos marcadores sociais de cada trabalho que foram utilizados para categorização, como raça, classe, sexo, etc.

Realizou-se leitura analítica minuciosa de cada um dos 26 trabalhos. Depois de lidos foram classificados em planilha Excel a partir de informações como: Título do trabalho, universidade da autora/autor, gênero da pesquisadora/pesquisador, nome, objetivo, tipo (Comunicação Oral ou Pôster), metodologia, ano, Grupo de Trabalho (GT), categoria principal, subcategoria, palavras-chave e resumo individual, feito após a leitura de cada pesquisa.

Traçadas as categorias por meio dos marcados sociais delineou-se o panorama histórico das questões de gênero interseccionadas à Ciência da Informação como forte mediadora informacional na inclusão e

conscientização da sociedade perante ao tema, tecendo assim uma narrativa materialista histórica e crítica feminista das relações entre Ciência da Informação e gênero, pautada pela responsabilidade social da área.

3.3 PRÉ-TESTE

Nos dias nove e dez de agosto de 2017 foi realizado um pré-teste no intuito de validar a quantidade e conteúdo dos trabalhos existentes sobre gênero no repositório BENANCIB. Vinte e seis (26) trabalhos integrais foram recuperados, estes configurados como comunicação oral ou pôster, dispensando trabalhos que não disponibilizam o texto completo na íntegra; que tratem da questão de gênero fora do contexto mulher na Ciência da Informação; ou, que sejam configurados como resumos. A *string* de busca consistiu na busca avançada pelos termos gênero, mulher, feminino, feminina, LGBT, com operador booleano OR, filtrando por título e resumo. Os trabalhos recuperados circundam os anos 2000 a 2016.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, bem como as problematizações necessárias para análise, compreensão e discussão dos dados. Primeiramente, será apresentado o evento que forneceu as comunicações orais e pôsteres então analisados nesta pesquisa. Em seguida, as categorias identificadas para o desenvolvimento da metodologia adotada, Análise Textual Discursiva, proposta por Moraes e Galiazzi (2006). Ressalta-se que o principal objetivo deste capítulo é produzir interpretações advindas das categorizações do texto e discurso dos trabalhos, com aporte de teorias advindas da crítica feminista e materialismo histórico. Outros dados específicos de cada estudo apresentado no ENANCIB, e aqui refletidos como *corpus* da pesquisa, podem ser conferidos no APÊNDICE A.

4.1 ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB (ENANCIB)

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) é reconhecida pelo estímulo e acompanhamento das pesquisas em informação em âmbito nacional. Figura-se como uma instituição de cunho político e científico no que concerne aos debates atuais sobre os estudos em informação no Brasil. (ANCIB, 2018).

A Ancib é estruturada a partir de duas frentes, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, representados pelos coordenadores vigentes e o Encontro Nacional de Pesquisa da Ancib (Enancib), evento que finda proporcionar um fórum para debates e reflexões, reunindo pesquisadoras e pesquisadores com interesses em temas próprios da Ciência da Informação. (ANCIB, 2018).

O Enancib surge em 1994, na cidade de Belo Horizonte (MG) e desde então passa, nas edições seguintes, pelas cidades de Valinhos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Salvador (BA), São Paulo (SP), João Pessoa (PB), Florianópolis (SC), Londrina (PR) e Marília (SP) (ANCIB, 2018).

Os temas do evento são organizados por meio de Grupos de Trabalho (GTs), sendo esses: GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento, GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, GT-4 – Gestão da Informação e do Conhecimento, GT-5 – Política e Economia da Informação, GT-6 –

Informação, Educação e Trabalho, GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação, GT-8 – Informação e Tecnologia, GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação, GT-10 – Informação e Memória e GT-11 – Informação & Saúde. (ANCIB, 2018).

4.2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO POR UMA CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO

Foram localizados vinte e seis (26) trabalhos sobre temáticas de gênero no repositório Benancib, em que estão disponíveis comunicações orais, resumos e pôsteres apresentados no Enancib desde sua primeira edição em 1994. Para fundamentar as discussões aqui propostas, apresenta-se o Quadro 2, que expõe as categorias consideradas adequadas pela autora a cada trabalho, de acordo com as particularidades dos trabalhos e com as pautas de gênero abordadas por estes:

Quadro 2 – Categorização geral do *corpus* da pesquisa

| Categoria | Características |
|--|--|
| Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Aborda questões pertinentes ao exercício das profissionais da informação por um viés de gênero, bem como estudos desenvolvidos pautados na análise da recepção da temática na Ciência da Informação. |
| Exploração e violência contra a mulher | Trabalhos que apontam a importância de centros de referência no amparo de mulheres vítimas de violências, o valor da profissional da informação como mediadora desse processo e, também, temas compreendidos como exploração de corpos. |
| Gênero, Ciência e Tecnologia | Trata de assuntos referentes a manutenção e desenvolvimento científico e/ou tecnológico do fazer ciência relacionados às questões de gênero. Seja como medida de classificação da ciência, como ocorre com os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), aos estudos quantitativos e bibliométricos que abordam temas como indicadores de gênero no ambiente da produção e publicação científica; muitos desses estudos partem de análises do próprio ambiente científico das universidades e demais organismos de |

| Categoria | Características |
|-----------------------------------|--|
| | pesquisa. |
| Gênero, leitura e literatura | Análises literárias que abarquem problematizações referentes à Ciência da Informação e estudos sobre leitura em diversos suportes. |
| Informação social e étnico-racial | Trabalhos com forte aporte histórico que pautam os processos informacionais de mulheres acerca de temas como maternidade, aborto e raça. |

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Os temas relacionados às grandes áreas estipuladas no Quadro 2 são apontados no Quadro 3 e figuram uma subcategorização temática a partir da categorização geral dos trabalhos:

Quadro 3 – Subcategorização do *corpus* da pesquisa

| Subcategorização temática |
|---|
| Aborto |
| Desigualdades entre gêneros |
| Indicadores de gênero |
| Informação jornalística |
| Levantamento bibliográfico |
| Maternidade |
| Mediação da Informação |
| Mulher Negra |
| Sexualidade |
| Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| Violência doméstica |

Fonte: elaborado pela autora (2019).

O Quadro 4 existe no sentido de apontar quais subcategorias se relacionam com cada categoria geral, para que posteriormente a especificidade e debate de cada qual seja exposta com a devida propriedade discursiva:

Quadro 4 – Relacionamentos entre categorias e subcategorias

| Categoria geral | Subcategorização temática |
|--|---|
| Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Levantamento bibliográfico |
| | Mediação da Informação |
| Exploração e violência contra a mulher | Violência doméstica |
| | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| Gênero, Ciência e Tecnologia | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| | Desigualdades entre gêneros |
| | Indicadores de gênero |
| | Sexualidade |
| Gênero, leitura e literatura | Mediação da Informação |
| | Informação jornalística |
| Informação social e étnico-racial | Aborto |
| | Maternidade |
| | Mulher Negra |

Fonte: elaborado pela autora (2019).

O Quadro 5 codifica, a partir do título, cada trabalho utilizado para fins interpretativos nesta dissertação. Assim, quando a intenção for mencionar um trabalho individualmente, serão utilizados os códigos atribuídos. Demais informações acerca dos dados de cada um podem ser conferidas no APÊNDICE A:

Quadro 5 – Codificação de cada trabalho por título

| Código | Título |
|---------------|--|
| 001 | A busca de informação pela mulher em jornais impressos |
| 002 | A informação étnico-racial na perspectiva da organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê |
| 003 | A participação feminina no esforço de pesquisa realizado na Fundação Oswaldo Cruz |
| 004 | A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico |
| 005 | Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba - Bamidelê |

| Código | Título |
|---------------|---|
| 006 | As prostitutas e os anjos: os códigos informacionais utilizados na teatralização do corpo feminino na Playboy |
| 007 | As relações de gênero e a profissão de bibliotecário: as razões do maior ingresso de homens num curso majoritariamente feminino |
| 008 | Biases na representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras |
| 009 | Crianças com paralisia cerebral e percurso infomacional de mulheres mães: estratégias e ações na defesa da cidadania |
| 010 | Diferenças de gênero no uso das tecnologias da informação e da comunicação: um estudo na biblioteca parque de Manguinhos |
| 011 | Gênero e gestão em ciência, tecnologia e inovação em saúde: um olhar exploratório na Fiocruz |
| 012 | Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do Enancib: análise nos anais do XIII Enancib |
| 013 | Gênero, Ciência & Tecnologia e Saúde: um olhar exploratório a partir do acervo de obras raras da biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz |
| 014 | Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da pós-graduação no Brasil |
| 015 | Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento |
| 016 | Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher |
| 017 | Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes |
| 018 | Mediações literárias da ciência da informação: representações e narrativas de gênero |
| 019 | Memória do movimento feminino no Brasil pelo discurso da divulgação científica |

| Código | Título |
|---------------|--|
| 020 | Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica |
| 021 | Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil – Análise das bolsas de pesquisador do CNPq |
| 022 | O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero |
| 023 | Os estudos de gênero na Ciência da Informação |
| 024 | Pensando as estatísticas públicas sobre carreiras educacionais na área de Ciência e Tecnologia, por gênero |
| 025 | Periódicos científicos nas áreas de informação do Brasil: produção de artigos em colaboração e o gênero dos autores |
| 026 | Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Elucidada a dinâmica categórica do trabalho, considera-se a Tabela 1 para visualização do quantitativo de trabalhos por categoria:

Tabela 1 – Quantificação das categorias

| Categoria | Subcategoria | N | Total |
|--|---|----------|--------------|
| Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Mediação da Informação | 1 | 2 |
| | Levantamento bibliográfico | 1 | |
| Exploração e violência contra a mulher | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) | 1 | 3 |
| | Violência doméstica | 2 | |
| Gênero, ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero | 9 | 15 |
| | Sexualidade | 2 | |
| | Desigualdades entre gêneros | 2 | |
| | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) | 2 | |

| | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|----|----|
| Gênero, leitura e literatura | Informação jornalística | 1 | 2 |
| | Mediação da Informação | 1 | |
| Informação social e étnico-racial | Mulher Negra | 2 | 4 |
| | Maternidade | 1 | |
| | Aborto | 1 | |
| Total | | 26 | 26 |

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme Tabela 1, acompanha-se que a categoria com o maior quantitativo de trabalhos é Gênero, ciência e Tecnologia, com 15 trabalhos divididos em quatro (4) subgrupos: Indicadores de gênero, Sexualidade, Desigualdades de Gênero e Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e, se analisado o Quadro 6, observa-se que dos 15 trabalhos, 11 são de autoria feminina e quatro (4) de autoria masculina.

A categoria Informação social e étnico-racial comporta quatro (4) trabalhos, divididos entre temas como Mulher Negra, Maternidade e Aborto, com três (3) trabalhos de autoria feminina e um (1) de masculina, vide Quadro 6.

Exploração e violência contra a mulher detém três (3) trabalhos, dois (2) sobre Violência doméstica, de autoria feminina, e um (1) sobre Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), de autoria masculina.

Quadro 6 – Quantificação por gênero na autoria

| Categoria | Subcategoria | Total | |
|--|---|-------|---|
| | | F | M |
| Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Mediação da Informação | x | |
| | Levantamento bibliográfico | x | |
| Exploração e violência contra a mulher | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) | | x |
| | Violência doméstica | x | |
| | Violência doméstica | x | |
| Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero | x | |
| | Sexualidade | | x |

| Categoria | Subcategoria | Total | |
|-----------------------------------|---|-----------|----------|
| | | F | M |
| | Desigualdades entre gêneros | | x |
| | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) | x | |
| | Desigualdades entre gêneros | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | x | |
| | Indicadores de gênero | | x |
| | Sexualidade | | x |
| Gênero, leitura e literatura | Informação jornalística | x | |
| | Mediação da Informação | x | |
| Informação social e étnico-racial | Mulher Negra | x | |
| | Mulher Negra | x | |
| | Maternidade | | x |
| | Aborto | x | |
| TOTAL | | 20 | 6 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A categoria Estudos de Gênero na Ciência da Informação incorpora dois (2) trabalhos de autoria feminina, um sobre Mediação da Informação e outro um Levantamento bibliográfico sobre o tema gênero na CI. A categoria Gênero, leitura e literatura também abarca dois (2)

trabalhos de autoria feminina, um sobre Mediação da Informação e outro sobre Informação jornalística.

Observa-se que as mulheres são autoras principais de 20 trabalhos apresentados no Enancib, enquanto seis trabalhos são de principal autoria masculina.

Quadro 7 – Codificação por autoria

| Código | Autoria |
|---------------|--|
| 001 | Patrícia Espírito Santo |
| 002 | Leyde Klebia Rodrigues da Silva |
| 003 | Jeorgina Gentil Rodrigues |
| 004 | Azilton Ferreira Viana |
| 005 | Leyde Klebia Rodrigues da Silva |
| 006 | Luiz Fernando Barros Campos |
| 007 | Hugo Avelar Cardoso Pires |
| 008 | Suellen Oliveira Milani |
| 009 | Sant´Ana Silva (Alberth Sant´Ana Costa da Silva) |
| 010 | Aline Gonçalves da Silva |
| 011 | Jeorgina Gentil Rodrigues |
| 012 | Beatriz Alves Sousa |
| 013 | Jeorgina Gentil Rodrigues |
| 014 | Elinielle Pinto Borges |
| 015 | Gilda Olinto |
| 016 | Miriam Gontijo Moraes |
| 017 | Gisele Rocha Cortes |
| 018 | Giulia Crippa |
| 019 | Carmen Lucia Ribeiro Pereira |
| 020 | Kaliandra de Oliveira Andrade |
| 021 | Gilda Olinto |
| 022 | Giulia Crippa |
| 023 | Patrícia Espírito Santo |
| 024 | Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira |
| 025 | Jayme Leiro Vilan Filho |
| 026 | Francisco Arrais Nascimento |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.2.1 Gênero, ciência e tecnologia

O russo Mikhailov (1969) já alertara sobre o aumento na produção de literatura científica. Sugerira uma disciplina tal qual a Informática, uma das bases teóricas da Ciência da Informação que, como proposta,

analisava os problemas informacionais em sua estrutura e propriedades. Uma alternativa tecnicista para questões advindas do grande volume de informação existente, resultado da evolução tecnológica que se sustentava no contexto da Corrida Espacial e Guerra Fria.

Mikhailov, o então diretor da principal organização de pesquisa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica (VINITI), inspirado nas premissas de Friederich Engels, afirmava que, antes que uma ciência possa ser consolidada, a sociedade deve urgir pela mesma. Para o autor, a força que rege a ciência é a prática social. (MIKHAILOV, 1969).

Naturalmente, mais adiante, Wersig e Neveling (1975) foram, assim como quaisquer teóricos, influenciados pelo ambiente sócio-histórico em que desenvolveram suas teorias sobre a Ciência da Informação, que já tinha suas bases esboçadas pela Informática soviética. Imbuídos por ideais socialistas, fundamentaram a ampliação da alçada teórica da área. Sugeriram então, uma responsabilidade social da Ciência da Informação no fornecimento de informações para a formação de conhecimento da sociedade.

A partir dos anos 70, Wersig apresentara seu olhar interdisciplinar da Ciência da Informação para a comunidade científica, deslocando as premissas tecnicistas do campo para uma nova abordagem dos problemas relacionados à informação. Aos profissionais da informação foram atribuídos possíveis papéis de *mediadores* nos processos de comunicação social, inclusive com os estudos sobre usuários que passam a ser priorizados a partir da década.

Na categorização geral do *corpus* desta pesquisa, conforme Quadros 6 e 7, observa-se que a categoria geral Gênero, ciência e tecnologia comporta 15 trabalhos e que o subgrupo mais identificado foi Indicadores de gênero. Percebe-se que, na construção da epistemologia social da Ciência da Informação, a ausência de nomes femininos é real. Os indicadores demonstrados nos trabalhos aqui estudados denotam que as mulheres passaram a se fazer presentes. Em escalas não tão tímidas, os moldes patriarcais vão, aos poucos, se esfacelando.

Mikhailov e Wersig trazem o tom social à Ciência da Informação, no entanto, com enfoque em recortes de classe que remetem ao ambiente socialista dos anos sessenta, com interesses e estratégias específicos. Saliencia-se a importância da informação para a sociedade, o social, os trabalhadores, a comunidade científica, os computadores, as máquinas. No entanto, estariam as mulheres incluídas nessa ciência (da informação)? A informação direcionada a problemas de gênero e raça é um assunto recente para a Ciência da Informação dos anos 2000. O tema

se destaca a partir de linhas de pesquisa que incorporam os atuais estudos sobre economia política e democratização da informação de uma ciência que nunca fora neutra.

Sugere-se uma epistemologia feminista atrelada ao olhar informacional da Ciência da Informação. No sentido de que, a crítica feminista aqui proposta, se refere à atribuição de preconceitos permeados pelo gênero tanto no método como na tradição epistemológica de construção da ciência. A discussão não trata se as mulheres conseguem ou não efetuar o “fazer ciência” tão bem quanto homens. A questão é: mulheres que reconhecem o feminismo e incorporam suas críticas à materialidade de suas atividades enquanto cientistas praticarão ciência a partir de uma abordagem diversa, com metodologia diferenciada, cientes de seus atos, intencionalidades e repercussões. O diferencial é o olhar consciente da observadora e sua abordagem à informação. A subjetividade da indivíduo inferida à complexidade das interações sociais na resolução de problemas de informação. Ou seja, uma mediação mais sensível ao relacionamento entre coisas e pessoas e um olhar informacional atento a essas relações

Quando nove (9) dos 15 trabalhos de uma categoria (Gênero, Ciência e Tecnologia) abordam a temática Indicadores de gênero, numa visão crítica feminista, a preocupação em revelar o porquê dos números apresentados é fundamental. Por que alguns indicadores revelam que os homens são maioria nos desdobramentos tecnológicos da Ciência da Informação, ou nas demais ciências? Por que as mulheres são minoria? Por que essas disparidades não são justificadas, tão frequentemente, com embasamentos sociais? É preciso investigar os porquês com base na interdisciplinaridade, para que se possa acrescentar à gama teórica de uma área científica em constante desenvolvimento.

No trabalho 003 de Rodrigues (2015), a autora aborda o fenômeno *glass ceiling*, ou teto de vidro, que aponta uma espécie de afunilamento hierárquico conforme a participação de mulheres em posições de liderança e chefia em organizações. Quanto maiores e mais importantes os cargos, menos mulheres são identificadas. Ainda no trabalho 003, Rodrigues (2013), em estudo sobre as obras raras do século XIX do acervo de teses médicas da FIOCRUZ, afirma que as teses de autoria feminina representam 1,7% do acervo. Os números e termos podem se justificar na história de como se deu a implementação dos cursos de Medicina no Brasil no século XIX, com as escolas do Rio de Janeiro e Salvador, em que era vetado o ingresso de mulheres às faculdades. Ou seja, o espaço para os estudos das ciências foi modelado de forma

patriarcal, com fundamentos segregadores que sustentam as desigualdades entre gêneros.

Segundo os dados de 2017 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem-se uma concentração masculina maior de graduandos nas áreas de ciências exatas e engenharias. Enquanto, atualmente, as mulheres são maioria nos cursos do Centro de Ciências da Educação (CED) e Centro de Ciências da Saúde (CCS); enquanto o corpo docente é, em sua maioria, masculino, com concentração de homens nas exatas e engenharias. (UFSC, 2017).

Considerando a ciência um discurso (FARGANIS, 1997), entende-se que estudo e práticas científicas são políticos, visto que indivíduos específicos trabalham na construção da delimitação de normas e, como autoridades, validam a relevância de um sistema sobre outro. A ciência é um mecanismo de validação de poderes e o discurso feminista existe no sentido de enfraquecer a hegemonia dialética e científica com colocações que questionam o quanto a estruturação do gênero afeta a construção de disciplinas e a relevância de autores canônicos. O que acaba por invalidar a dita neutralidade da ciência, já que esses discursos foram construídos majoritariamente por homens.

A base estrutural da construção dos campos de conhecimento, por uma perspectiva de gênero, justifica os indicadores e demais números tanto na Ciência da Informação quanto na UFSC. No tocante a assuntos vinculados às desigualdades, a subcategoria Desigualdades de Gênero, em que foram identificados dois trabalhos no *corpus* desta pesquisa, problematiza questões acerca da participação de mulheres na Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como o acesso de mulheres a tecnologias.

Nesse sentido, quando se fala em desigualdade, compreendem-se os diversos percalços históricos desiguais vividos pelas mulheres em diferentes esferas da vida e que serviram de subsídio para formação do cenário científico feminino.

Se os monges copistas na Idade Média foram os primeiros grupos de pseudo-bibliotecários, guardiões dos livros que poderiam ser utilizados apenas por um seletivo grupo, o feminino não foi o precursor no desenvolvimento das práticas de Biblioteconomia. Quando ao gênero feminino foram impelidas as profissões de cuidado e ligadas à educação, em especial no século XIX (MARTUCCI, 1996) e o bibliotecário perdeu muito de seu perfil erudito, a biblioteca passa a ser compreendida como uma extensão da sala de aula, adotando profissionais mulheres com boas maneiras, educadas, obedientes, organizadas e gentis. O caráter humanista dos homens gerenciadores de bibliotecas declina e dá

margem ao perfil tecnicista estadunidense e europeu em que se baseou o Brasil. A mulher bibliotecária trabalha com a minúcia rotineira de uma unidade de informação, classifica e cataloga.

Melvil Dewey, conhecido como o pai da Biblioteconomia moderna, criou, no final de século XIX e início do século XX, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), amplamente utilizada em bibliotecas do mundo inteiro até os dias atuais. Fundou a *School of Library Economy* na Universidade de Columbia, em que 90% dos estudantes eram mulheres (ARÉVALO, 2018). A submissão do gênero que a pouco era restrito aos corredores das universidades, parecera uma boa oportunidade para um bibliotecário visionário. Mulheres que eram cerceadas ao ambiente doméstico trabalhariam com afinco para desvincularem-se do estereótipo do sexo frágil e incompetente e construiriam seu nome na academia.

O co-fundador da *American Library Association* (ALA), fora acusado, seguidas vezes de assédio por suas estudantes. Duas de suas assistentes pessoais o acusaram por toques indevidos e outras quatro bibliotecárias por assédio em viagem da ALA ao Alaska. Assédios que custaram seu afastamento forçado da associação americana. Em troca de uma partida tranquila, Dewey foi poupado da exposição pública. O ocorrido deu-se em 1906, apenas um ano depois de ter sido forçado a se demitir do cargo de bibliotecário do estado de Nova York, por conta de condutas racistas e anti-semitas. (BLAKEMORE, 2017; ARÉVALO, 2018; FORD, 2018).

As biografias oficiais de Melvil Dewey omitem o bibliotecário assediador e enaltecem um cânone secularmente construído. Membros da *American Library Association* juntamente de bibliotecários universitários das Universidades de Michigan e Georgia reconhecem que as informações sobre as falhas de caráter de Dewey deveriam ser mais difundidas (BLAKEMORE, 2017; ARÉVALO, 2018; FORD, 2018). O bibliotecário é conhecido por ter aberto as portas das bibliotecas para as mulheres, por ter “feminizado” a Biblioteconomia; no entanto, esse espaço sustentou-se com base na relação de poderes da subordinação do feminino para o masculino, com diversos abusos suprimidos pelo medo e a justiça seletiva de uma sociedade patriarcal.

Ademais, as mulheres eram a mão-de-obra barata num sistema em expansão, visto que ganhavam menos e não ocupavam muitas posições de poder se comparadas aos homens. Os homens se aproximam da Biblioteconomia, em quantidades mais significativas, quando o vínculo com a Ciência da Informação passa a se firmar efetivamente. Procuram áreas que estudam a tecnologia, em que os estereótipos da “profissão

feminina”, relacionados a ordem, cuidado e zelo são suavizados pelas premissas da computação.

As Desigualdades de Gênero também dão margem aos apagamentos históricos, como o ocorrido com Adelaide Hasse, da biblioteca pública de Nova York. A jovem bibliotecária desenvolveu o sistema de classificação de documentos do governo estadunidense, o SuDocs. Sua inovadora invenção atraiu olhares de um colega que acabou clamando méritos pela mesma. Adelaide, munida de seu novo emprego em Nova York, conversa com Dewey sobre novos projetos que está desenvolvendo. Ocasão em que o ilustre bibliotecário sugere um encontro para tratar de negócios em Albany. A reunião resulta numa série de assédios por parte de Melvil Dewey. Hasse o denunciou aos colegas, mas fora silenciada, numa época em que era ainda mais rechaçada a denúncia de abusos sexuais. (BLAKEMORE, 2017; ARÉVALO, 2018; FORD, 2018)

Melvil Dewey foi importante para Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas era um ser humano, privilegiado em aspectos como gênero e raça, que agilizaram a sua trajetória para o sucesso, visto que não sofria por preconceitos relacionados a sua cor e gênero, por mais que originasse de família pobre. Sua história possuía os atributos ideais para a ideologia da meritocracia, foi o perfeito *case* de sucesso da Biblioteconomia Moderna estadunidense, o esforçado jovem pobre, branco e homem. Características que o validavam enquanto pessoa que faz ciência. O endeusamento de cânones somente os torna figuras inalcançáveis e os blindam com um glamour desumano, os ausentam de sua verdadeira condição de seres humanos, e novamente, humanos não são imunes ao contexto social, histórico e temporal em que vivem.

Quando se menciona Melvil Dewey e sua Classificação Decimal é inevitável remeter aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), temática de dois dos trabalhos sobre Gênero, Ciência e Tecnologia. A Classificação Decimal de Dewey, bem como a Classificação Decimal Universal dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, inspirada na de Dewey, foram desenvolvidas no final do século XIX e por muitas edições carregaram as ideologias de uma hegemonia vitoriana conservadora no classificar da ciência.

A bibliotecária estadunidense Michelle Drumm pesquisou em torno de todas as edições lançadas até o ano 2000 da Classificação Decimal de Dewey sobre assuntos acerca da homossexualidade e publicou em seu site o estudo “Dando nome ao amor que não ousa dizer seu próprio nome: Um olhar sobre como gays e lésbicas são classificados na Classificação Decimal de Dewey” (tradução nossa).

Na décima quarta edição modificada, de 1942, obras sobre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais são organizadas no número de chamada 301.4157: Relações sexuais anormais (RUDELL-BETTS, 2015). Foi somente em 1932 que a homossexualidade apareceu na CDD, sob o número de chamada 132: Perturbações mentais ou 159.9: Psicologia anormal, especificamente 159.9734746: inversão sexual/homossexualidade. Na décima quinta edição, de 1952, temáticas LGBT figuram a classe 300, sendo organizados em 301.424: Sociologia. Na edição de 1989, a homossexualidade é classificada em 363.49: Problemas Sociais. A vigésima primeira edição, de 1996, classifica a temática em 306 e a atual vigésima terceira edição, de 2011, segue a edição anterior e adota 306.766 para tópicos nos seguimentos LGBT. (DRUMM, 2000).

Os Sistemas de Organização do Conhecimento, juntamente das linguagens documentárias, são a prova científica materializada de que a ciência não é neutra, a língua é um construto dialético que não está imune aos efeitos do social no tempo e espaço. O pós-modernismo colocou em pauta questionamentos tidos como verdades absolutas em períodos modernos, tal como a neutralidade da língua, que pode ser utilizada como um mecanismo de opressão, enquanto afirma preconceitos e estereótipos que segregam, marginalizando minorias sociais com seus construtos linguísticos, até então irrefutáveis. Ao mesmo tempo, a linguagem pode libertar quando questiona a veracidade dessas construções e compreende a mulher, a lésbica, o gay, o transexual ou bissexual como sujeitos fragmentados. Se os manuais que classificam a ciência não são atualizados, a reprodução de informações defasadas e repletas de preconceitos é automática.

A evolução do saber científico que se expressa pelas universidades, e demais instituições de pesquisa, serve como peça fundamental na desconstrução de hegemonias e, conseqüentemente, na reescrita feminista da mulher na ciência. Para tanto, outros dois trabalhos encaixados na subcategoria Sexualidade desta seção sobre Gênero, Ciência e Tecnologia abordam temas como a retratação da homossexualidade como doença por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), no trabalho 026 de Nascimento (2015), que exhibe como o discurso biomédico validou ciências discriminatórias, que retrataram o feminino como inferior e desviante, como ilustrado na obra de Laqueur (2001).

Um dos papéis fundamentais da militância é se certificar que o passado não será esquecido. Os direitos atualmente existentes são uma realidade após décadas de invalidação do que representa o feminino.

Cabe ressaltar as iniciativas de bibliotecárias norte-americanas na quebra do estigma dos papéis de gênero; na marcha de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Nova Iorque no ano de 2017 as bibliotecárias lésbicas estiveram veementemente presentes, lutando e demonstrando resistência enquanto sujeitas políticas mulheres, lésbicas e bibliotecárias, com a premissa de que o espaço da informação deve ser um ambiente de acolhida para a comunidade LGBT. Ainda em 2017, o Comitê de Serviços LGBT da Biblioteca Pública de Los Angeles marchou com seus 100 funcionários na parada LGBT da cidade, protestando contra qualquer forma de opressão, violência e preconceito de gênero (CARNEIRO, 2017).

Xochitl Oliva, co-presidente do comitê dos serviços LGBT da biblioteca pública de Los Angeles e bibliotecária de digitalização, segundo tradução de Carneiro (2017), expõe que "Queremos que as pessoas saibam que a biblioteca é um lugar onde são bem-vindas. É o lugar onde elas podem obter as informações que precisam de forma segura e sem julgamento.", outra funcionária da biblioteca, lésbica, também de nome Oliva segue afirmando à revista *Fusion*, de acordo com tradução de Carneiro (2017): "Estamos realmente avançando, e esta geração de bibliotecários é muito mais progressista e muito mais inclusiva do que profissionais em outros campos".

A organização enquanto classe é evidente nesses grupos de profissionais da informação, enquanto a impressão que se tem da Ciência da Informação brasileira, resgatando Bufrem e Nascimento (2012) é de que, pautada pela dita neutralidade da área, cria-se um ambiente de possível apatia política, cujos temas sociais são pouco escolhidos pelas pesquisadoras e pesquisadores da área. Tal argumentação dá-se, possivelmente, visto a marginalização das temáticas de gênero dentro dos próprios programas de pós-graduação em que sua discussão é mais fluida, em campos como a Antropologia, Ciências Políticas e Humanas e até a própria Literatura. No Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da UFSC, por exemplo, as questões específicas de gênero se tratando de mulheres, cis ou transgêneras, num viés informacional, são refletidas em somente um trabalho, no que diz respeito ao tema principal de teses e dissertações defendidas no programa. (UNIVERSIDADE FERDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Informação, 2019).

A abordagem de trabalhos com temáticas de gênero dentro da Ciência da Informação brasileira representa uma espécie de oásis informacional em uma área que, somente após os anos 2000, se

mostrou, de maneira acanhada, estudiosa de assuntos acerca das problemáticas de gênero. São escassos conteúdos em fontes de informações formais, indexados em bases conceituadas, que tratem dos abusos de Melvil Dewey, dos preconceitos expressos nas edições na CDD e das iniciativas positivas de bibliotecárias e demais profissionais da informação na desconstrução do cânone da Ciência da Informação, fornecendo informação atualizada e de qualidade no combate a intolerância em suas diversas facetas.

4.2.2 Informação Social e Étnico-racial

A diáspora negra, processo de imigração forçada de diferentes povos do continente africanos, resultou em três séculos de escravidão no Brasil. Tal processo circunda as relações de domínio de um povo sobre outro, em que indivíduos são forçados a conviver com outra cultura, linguagem e costumes (HALL, 2003). As relações são pautadas pela subserviência e a dominação e, como ocorreu no período escravagista brasileiro (VXI ao XIX, 1550-1888): a desumanização.

O fenômeno histórico diaspórico influenciou as relações socioculturais entre Brasil e o continente africano; conseqüentemente, na forma como a pessoa afrodescendente existe na sociedade brasileira. O racismo é fruto de um processo colonial que beira o século XX, é um sistema de opressão modulador de conhecimentos.

A biblioteca, como instituição representante do conhecimento, a princípio, foi um espaço construído para a disseminação da informação de e para uma elite branca (CARDOSO, 2015), impedindo o acesso à informação a pessoas não-brancas. A dificuldade da reconstrução identitária de pessoas afrodescendentes é uma das faces do racismo que continua permeando a esfera social eurocêntrica.

Nesse sentido, dois dos trabalhos da categoria geral Informação Social e Étnico-racial abrangem a temática da Mulher Negra, se manifestando por meio do estudo da Organização de Mulheres Negras da Paraíba (Bamidelê). O Bamidelê possibilita o resgate identitário da mulher negra por meio do combate ao racismo e sexismo, buscando a igualdade de gênero e realizando ações educacionais para mulheres, desde palestras a produção de material didático.

As informações da organização são veiculadas em fontes formais, informais e nas redes sociais. A ferramenta de combate da Ciência da Informação contra o racismo é a própria informação. Visibilizar grupos subalternizados, estudar os fluxos e processos da

informação para torná-la de fato acessível é o que enfraquece hegemonias e possibilita resgates identitários.

Grada Kilomba (2016) nos fala sobre o silenciamento da mulher negra na academia, o cerceamento da construção de conhecimento da negra pela inserção de máscaras, literais e metafóricas, em seus corpos³. A máscara levanta questões sobre quem pode e quem não pode falar, o porquê de a sujeita negra ser silenciada; quem fala e é ouvido, pertence àquele espaço, quem não pode falar e/ou não é ouvido, não pertence.

A máscara utilizada na exploração colonial cala, animaliza e silencia. Metaforizar a máscara recria o senso de (não) pertencimento da pessoa negra na academia. Quando não se pode falar e não se é ouvido, não se pertence. Quando se fala em estudos de gênero e sobre a mulher, considera-se uma margem, quando se refina para o marcador mulher negra, a voz é ainda mais silenciada. Somente dois dos 26 trabalhos do *corpus* desta pesquisa investigam a questão raça.

Por que existem somente dois trabalhos que tratam da Mulher Negra no Enancib? É equivocado afirmar que todo o conhecimento de uma área é um estudo apolítico de verdades neutras. O que se compreende como conhecimento na Ciência da Informação, e em qualquer outro campo de estudo, é um reflexo de uma colonização de saberes, que interfere no que é o conhecimento, como esse conhecimento é tratado num contexto brasileiro, o que é a verdade e em que se deve acreditar. Assim nascem as epistemologias, pautadas por interesses de classes historicamente dominantes, brancas e masculinas.

De acordo com Kilomba (2016), epistemologia é a ciência da aquisição de conhecimento e determina os temas, paradigmas e métodos desta; valida quem pode produzir conhecimento e como este é produzido.

Antunes (2014) e Laqueur (2001) já provaram que não existe ciência neutra, considerando que a memória intertextual das sociedades é desenvolvida a partir de interesses e posições de poder de grupos específicos. A própria academia não é um lugar neutro, visto que

³ Durante os mais de 300 anos de escravidão, senhores brancos obrigavam mulheres e homens escravizados a usarem uma máscara de metal colocada no interior de suas bocas, sustentadas por cordas amarradas por detrás do queixo, nariz e testa. A máscara garantia que as mulheres e homens não comessem a cana-de açúcar cacau ou café enquanto trabalhavam nas plantações e gerava um senso de mudez, medo e subalternidade. (KILOMBA, 2016).

explorou, desumanizou, infantilizou e criminalizou o corpo negro em nome do dito “conhecimento”⁴.

Para efetivamente descolonizar o conhecimento, dentro da própria Ciência da Informação, é relevante compreender a necessidade de criar novas configurações de conhecimento. A ciência que dissemina e estuda os problemas de informação de determinado grupo pautada em determinada tecnologia, pode ser a mesma ciência que compreende que cada indivíduo, usuário ou interagente fala de um determinado local, com sua própria subjetividade e possui uma história singular, com seus próprios interesses.

Quando o discurso da ciência neutra é proferido, considerando que quem fala, fala de um local, se entende que nada é tão neutro quanto a norma e quanto ocupar um local privilegiado. Capacitar a(o) profissional da informação para que se atente às diferentes formas de modular conhecimento e construa em sua rotina informacional alternativas para driblar o racismo e o preconceito de gênero, em suas diferentes facetas, é uma poderosa ferramenta.

Falar sobre entre colegas de profissão, organizar livros, produzir conhecimento acadêmico, publicar nos periódicos da área, participar das reuniões de colegiados e centro acadêmicos, se aproximar de coletivos e ONGs sociais, toda maneira de efetivamente ocupar espaços e auxiliar na quebra da dita neutralidade científica são formas de exercer os princípios sociais da Ciência da Informação e contribuir no desenvolvimento da democratização do uso e acesso para grupos socialmente marginalizados.

4.2.2.1 Aborto e Maternidade

Numa configuração patriarcal secularmente construída, em que à mulher cabe o papel reprodutivo e de cuidado, ações como o aborto são uma grande afronta contra todo um sistema de pseudo-valorização do estatuto tradicional do que seria uma família, ser mãe e ser mulher. O aborto abala as premissas de um sistema de poderes que vincula o ser mulher com o ser mãe.

No Brasil o aborto só é legal, se em caso de estupro ou de risco à vida da mulher, o que ocasiona que todos os outros casos de necessidade

⁴ Um exemplo bastante ilustrativo é o filme *Venus Negra* (2011) de Abdellatif Kechiche, que mostra como era recorrente a animalização do corpo negro nos estudos científicos de universidades europeias, a fim de provar a soberania branca e marginalizar afrodescendentes.

de aborto sejam realizados de maneira insegura. Cria-se um problema de saúde pública, circundado pela moral religiosa dos bons costumes de um país, em tese, laico, gerando complicações médicas às mulheres que o efetuam na clandestinidade.

A maternidade, ao lado da heterossexualidade, foi construída de maneira compulsória (RICH, 2010) ao longo da constituição dos papéis de gênero atribuídos às mulheres. A romantização da busca pelo príncipe encantado para constituição de uma família ideal permanece no consciente e subconsciente de diversas gerações.

As bibliotecas, sejam estas públicas, universitárias ou especializadas, devem trabalhar no sentido de fornecer informação de referência para atendimentos relacionados ao aborto e maternidade, temas inerentes a qualquer grupo social. Partindo do princípio da mulher mãe como mediadora de informações com a criança, acervos que auxiliem no desenvolvimento sociocognitivo entre mãe e filha(o) são de grande valia.

Pequenos atos, como a sinalização da disponibilidade de serviços abortivos por instituições de saúde e grupos de acolhida a mães, podem servir como grande fonte de amparo e cuidado. Na cidade de Florianópolis, por exemplo, em alguns bares do centro da cidade que se intitulam feministas, frequentemente se encontram cartazes, zines e cartilhas indicando a existência de serviços seguros e legais.

A construção de ambientes feministas impacta na maneira de como esses espaços podem atuar como fonte de informação para mulheres frequentadoras. Encarando a biblioteca e demais unidades de informação como ambientes de conhecimento, por que não trabalhar para que esses espaços sejam espaços feministas, de acolhida para todas e todos?

4.2.3 Exploração e violência contra a mulher

A feminista lésbica, negra e mãe, Audre Lorde (1984) nos apresenta sua análise do que seria o uso do erótico como um dispositivo de poder. Num sistema capitalista e patriarcal, o corpo da mulher foi construído como um aparato passivo, sua materialidade fora por muito tempo analisada por um viés sexualizador, sua função atribuída a procriação e sua complexidade resumida a objetificação em detrimento do prazer masculino.

Partindo da perspectiva de Lorde (1984), o erótico seria a vivência e uso da energia vital em diversas atividades que causem prazer à mulher, seja no ato sexual ou no desenvolvimento de um novo projeto,

ouvir uma música, encontrar pessoas amadas. Literalmente, o prazer, a energia de vida. A demonização, pela Igreja e o Capitalismo, do prazer feminino transformou o erótico em algo proibido, restrito ao homem. Ou seja, a mulher, nesse caso, só poderia exercer o seu erótico com e para agradar a esse grupo social. Nesse sentido, nasce uma cultura de estupro na sociedade. O constante bombardeio de informações pela mídia da mulher como produto. A partir desse cenário se sustenta a bilionária indústria pornográfica, facilmente acessível na Sociedade da Informação, por celulares e computadores.

Um dos trabalhos desta categoria foi encaixado na categoria Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), por um viés feminista, pois trata dos códigos informacionais performados pelas mulheres ao longo das edições da revista Playboy. As mulheres são retratadas como figuras infantilizadas, indefesas, em poses desconfortáveis que só agradam o imaginário violento que o grupo social homem foi construído a ser. Comumente, em fotografias em que há homens e mulheres na cena, as mulheres posam de maneira sempre receptiva à figura masculina. O erótico fora negado enquanto fonte de poder, autoconhecimento e informação para as mulheres e taxado como pornográfico, enquanto este, partindo das teorias de Lorde (1984), representa a supressão do prazer verdadeiro, a sensação sem sentimento.

As fontes de informação não são imunes ao patriarcado, quando tratam sobre pornografia é imprescindível salientar as violências sofridas por milhares de mulheres que dependem exclusivamente dessa violenta indústria para sobreviver, feito por e para homens. São comuns ações como a fetichização da violência, do estupro e da sexualização de meninas menores de idade. É uma das responsabilidades sociais da Ciência da Informação difundir informações que elucidem e ajam efetivamente na conscientização sobre o tema.

Os outros dois trabalhos desta categoria tratam da Violência Doméstica e ressaltam a importância dos centros de referência no acolhimento de mulheres vítimas, no intuito de fornecer atendimento psicossocial e jurídico, visando o empoderamento de mulheres pelo acesso à informação. A indústria pornográfica atua como um reflexo da demanda social e vem, durante anos, tecendo um padrão comportamental sexual, de desejos e fetiches, influenciando diretamente o imaginário do que é sensual e o que não é e, em muitos casos, ditando comportamentos violentos como aceitáveis dentro de uma relação sexual. A mulher tem seu corpo apropriado de maneira privada, como sugerem os estudos de Jules Falquet (2012), por sustentar forças de trabalho dentro de seu próprio lar, sendo um alicerce emocional e

realizando a função procriativa. Quando essa força de trabalhos falha em alguma instância, as situações de agressões físicas e verbais, constantemente normalizadas por mídias cruéis, explodem em forma de violência doméstica e outras tantas ramificações desta (sexual, psicológica, física, moral e patrimonial), refletindo a socialização violenta dos parceiros, protagonistas de 80% dos casos de violência reportados, segundo dados do Instituto Patrícia Galvão (2017).

A superação dos episódios de violência sofridos por mulheres manifesta cura por meio do acolhimento exercido nos centros de referência, que elucidam os trâmites da Lei Maria da Penha e de outras políticas públicas que auxiliem as mulheres vítimas. Os centros funcionam como fontes de informação, bem como as pessoas que atuam nesses espaços, mediando e atuando como fontes vivas de acolhimento e conhecimento.

Num país em que um estupro acontece a cada 11 minutos, uma mulher é assassinada a cada duas horas, 503 mulheres são vítimas de agressão a cada hora e cinco espancamentos ocorrem a cada dois minutos (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017), a união entre grupos de mulheres é essencial no enfrentamento à violência; para que assim, mulheres que sofrem em relações abusivas tomem conhecimento de locais de acolhida. Além disso, é necessária a união na medida em que e as profissionais da informação passem a encarar a disseminação das informações em prol do enfrentamento da violência contra a mulher como uma tarefa associada à sua subjetividade, seu trabalho, sua maneira de contribuir à sociedade, à construção prática e teórica de sua área e seu grupo social.

4.2.4 Estudos de Gênero na Ciência da Informação

Na dialética materialista (BERMAN, 1997) é imprescindível que quem escreve a crítica esteja próximo ao organismo vivo sobre o qual está se escrevendo e que tenha ciência de todo o contexto que levou aquele grupo ou pessoa a estar naquela situação àquele dado tempo. A maioria dos trabalhos aqui estudados, 20 de 26, são de primeira autoria feminina e o trabalho dessas autoras utiliza referências de teóricas críticas feministas.

As mulheres, naturalmente, sentem-se mais envolvidas em trabalhar com temáticas feministas e de gênero, pois são os seus corpos e subjetividades que estão em estudo. Poucos homens ocupam a primeira autoria nos estudos de Gênero na Ciência da Informação e alguns dos trabalhos utilizam poucas referências de crítica feminista.

Nesta categoria geral, um trabalho abrange um Levantamento bibliográfico mapeando trabalhos sobre gênero na Ciência da Informação e outro que reflete sobre a Mediação da Informação entre mulheres bibliotecárias e usuárias de bibliotecas. Em um sentido mais amplo do *corpus* desta pesquisa, A Tabela 3 sintetiza as instituições das autoras e autores por gênero.

Tabela 2 – Produções das universidades por gênero

| Universidade | Feminino | Masculino | Total |
|--------------|----------|-----------|-------|
| FIOCRUZ | 4 | - | 4 |
| IFPB | 1 | - | 1 |
| UFMA | 1 | - | 1 |
| UFMG | 2 | 4 | 6 |
| UFPB | 4 | - | 4 |
| UFPE | - | 1 | 1 |
| UFRJ | 3 | - | 3 |
| UNB | - | 1 | 1 |
| UNESP | 1 | - | 1 |
| UNIRIO | 2 | - | 2 |
| USP | 2 | - | 2 |
| Total | 20 | 6 | 26 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A concentração dos estudos de gênero no Enancib está em instituições como a FIOCRUZ, produzindo estudos vinculados a área da saúde nas temáticas de Indicadores de Gênero e Desigualdade entre gêneros; UFPB, com estudos realizados por mulheres acerca da temática Mulher Negra e Violência Doméstica e na UFRJ onde as pesquisas circundam a temática Indicadores de Gênero. Os homens detêm produção maior da UFMG e produzem sobre os temas Sexualidade, Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), Desigualdades entre gêneros e Maternidade.

A Tabela 4 mostra os trabalhos pelo ano em que foram publicados nos anais e a partir dos Grupos de Trabalhos que estão inseridos. 2015 foi o ano em que os estudos de gênero tiveram mais destaque, principalmente no GT11 - Informação e Saúde, devido a presença assídua de pesquisadoras da FIOCRUZ no evento. No ano de 2011, quatro trabalhos foram apresentados em diferentes Grupos, seguidos pelos anos de 2012 e 2013, com forte presença do GT11

novamente e do GT3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, nas temáticas Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e Indicadores de Gênero

Tabela 3 – Trabalhos por ano e GT

| Ano | Número de trabalhos | Grupos de Trabalhos (GTs) |
|--------------|----------------------------|----------------------------------|
| 2003 | 1 | GT6 |
| 2005 | 1 | GT5 |
| 2006 | 1 | GT7 |
| 2007 | 1 | GT3 |
| 2008 | 1 | GT1 |
| 2009 | 1 | GT7 |
| 2010 | 1 | GT3 |
| 2011 | 4 | GT2, GT3, GT10, GT13 |
| 2012 | 3 | GT3, GT3,GT11 |
| 2013 | 3 | GT2, GT7, GT11 |
| 2014 | 1 | GT7 |
| 2015 | 5 | GT3, GT6, GT10, GT11, GT11 |
| 2016 | 3 | GT1, GT3, GT6 |
| Total | 26 | 26 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As temáticas de gênero não são as preferidas no evento e na área de Ciência da Informação, se compararmos com outros assuntos. No entanto, a partir de 2011, os estudos de gênero se mostraram mais presentes no Enancib. Na Ciência da Informação brasileira, somente no ano de 2018, dois livros com temáticas sociais foram publicados, um intitulado O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação e outro Bibliotecári@s Negr@s, ambos lançamentos da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), com organização de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Nathália Lima Romeiro e Graziela dos Santos Lima.

Bufrem e Nascimento (2012), em pesquisa que analisa os 72 artigos recuperados da Base referencial de revistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BRAPCI) relacionados a gênero, entre os anos de 1971 e 2011, afirmam que o tema não é um dos favoritos entre as pesquisadoras e pesquisadores. Uma baixa quantidade de trabalhos é publicada nesse espaço-tempo de 40 anos, em que 79,28% da autoria é de mulheres. Por mais que a temática tenha apresentado crescimento nos

últimos anos do estudo, continua em baixa se comparada a outros ramos de estudo da Ciência da Informação.

Tratando-se da *Library and Information Science Abstracts* (LISA), Siciliano, Souza e Meth (2017) inferem que um total de 588 artigos sobre gênero foram indexados na base entre 1980 e 2016, apresentando evidente crescimento internacional, segundo os autores. Nos anos 1980 o assunto foi fortemente tratado a partir das práticas da biblioteconomia, nos anos 1990 questões acerca do uso da internet e o surgimento da palavra-chave *women* sugerem maior preocupação com a comunicação e informação em rede; nos anos 2000, o interesse é pautado pelos diferentes acessos cedidos a homens e mulheres nas esferas da vida, como trabalho e educação. A década de 2010 ainda não está completa, mas já supera a antecessora na quantidade de trabalhos indexados e salienta as preocupações com as desigualdades de gênero, assim como um olhar voltado às dinâmicas em meios acadêmicos e de produtividade científica.

Ainda, segundo Siciliano, Souza e Meth (2017), mesmo a partir de 2010, na LISA, a homossexualidade aparece abordada de maneira periférica pela Ciência da Informação. No entanto, percebe-se maior movimentação internacional sobre a temática homossexualidade na área, em específico a lesbianidade, por meio de movimentos sociais como as *lesbrarians*, bibliotecárias lésbicas ou bibliolésbicas. Em 2009 a bibliotecária Tara Robertson fomentou a reunião de diversas mulheres, bibliotecárias, demais profissionais da informação e até mesmo usuárias de bibliotecas, sejam estas lésbicas, bissexuais ou *queer*, numa marcha na cidade de Vancouver, Canadá. A marcha das *lesbrarians* continuou ocorrendo nos anos subsequentes.

Essas produções e manifestações vão contribuindo para a eliminação do estigma de apatia política do profissional da informação brasileiro e fortalecendo movimentos estudantis, cursos de graduação, programas de pós-graduação e demais profissionais. As(os) estudantes que se esforçam para construir uma Ciência da Informação mais justa e para todas e todos fomentam o pensamento crítico para a construção de novas configurações de epistemologias sociais; pesquisas que questionam a abordagem científica e epistemológica hegemônica que fortaleceu grupos específicos e marginalizou outros ao longo do estabelecimento da Ciência da Informação no Brasil.

4.2.5 Gênero, leitura e literatura

Os dois trabalhos pertencentes a esta seção tratam de Mediação da Informação e Informação jornalística. O primeiro pauta as representações das profissionais da informação em obras literárias, enquanto o segundo investiga os hábitos de leitura de mulheres leitoras brasileiras.

As revistas femininas difundidas no Brasil do século XX atuam como informações jornalísticas, adaptadas aos moldes europeus, a Nova/Cosmopolitan (1973), Vogue (1975), Marie Claire (1991) e Caras (1995) (LUCA, 2013) atuavam junto de equipes de advogados, médicos, psicólogos e demais especialistas de diversas áreas para criar um comportamento padrão das diversas facetas da mulher brasileira.

Geralmente editadas e criadas por homens para públicos femininos, essas revistas, em primeiro momento, tendiam a retratar e instigar a vida da mulher dona de casa, sendo fonte de informação primordial na construção do discurso popular da mulher “para casar”, a mãe que funciona como o elo unificador da família tradicional brasileira. A mulher que limpa, passa, cozinha e sustenta toda a força de trabalhos para manter uma casa em ordem.

Nos anos 90, com o surgimento de revistas adolescentes como Claudia e Capricho, os discursos passam a tomar novos rumos a partir da identificação de novos nichos. As meninas das novas gerações não querem mais (somente) sustentar as forças de trabalhos domésticos, influenciadas pela dita terceira onda feminista. Vivem a realidade da mulher como participante ativa em votações e estão presentes, ainda que de maneira escassa, em cargos políticos. Além disso, há aquelas, público de outras revistas, que passam a investir em suas carreiras e atuar de maneira efetiva no mercado de trabalho.

As revistas aconselham, propõem e indicam. Desenvolvem uma função pedagógica na vida de meninas e mulheres. As ramificações de grupos de mulheres são identificadas, não obstante, as informações são voltadas para o público heterossexual e branco. A trajetória em busca do príncipe encantado é evidente. Padrão que se afirma também na explosão da literatura *chick-lit*, uma literatura de massas voltadas ao público adolescente nos anos 1990, em plena produção e venda nos anos 2000 e 2010.

O trabalho 018, de Crippa (2012), nos mostra como a figura da profissional da informação fora estereotipa desde a circulação da literatura como entretenimento, a partir do gênero literário romance em meados do século XVIII. As interpretações de Crippa (2012) acerca de

selecionadas obras reiteram o estudo de Antunes (2012) acerca dos *topoi* femininos que se estendem à representação da mulher europeia e que, conseqüentemente, reverberam no imaginário colonizado construído para a mulher brasileira.

No caso da profissional da informação tem-se: a mulher perigosa, se exposta a muita informação, e a mulher obsessiva pela ordem, materializada pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) (CRIPPA, 2012). Outros estereótipos seguem sendo perpetuados nos anos 2000, a bibliotecária sensual, como no caso do romance *chick-lit* *A Bibliotecária*, de Logan Belle (2013), expõe os enlaces heterossexuais da profissional entre as estantes. No cinema, *A Múmia* (1999), introduz a bibliotecária Evelyn Carnahan interpretada pela atriz britânica Rachel Weisz, que performa a bibliotecária sabe-tudo, guardiã da informação.

A leitura e a literatura se manifestam como forma de cultura e entretenimento e são fontes primordiais na ascensão do imaginário popular sobre profissões, profissionais e mulheres. A memória intertextual cria estereótipos que ecoam na construção de pessoas-personagens mulheres em diversos suportes. Não excluídas da construção da cultura popular, a bibliotecária e demais profissionais da informação seguem os *topoi* maliciosos de mulheres, expostos por Antunes (2014): a bibliotecária-mulher perigosa, cujo conhecimento deve ser, se não proibido, moderadamente disponibilizado à mesma; a bibliotecária-mulher sensual, existente no imaginário masculinista e da jovem romântica e sonhadora; a bibliotecária inteligente, guardiã de todo o conhecimento e; a bibliotecária-mulher rabugenta, obcecada pela organização, a que profere “silêncio!”.

5 CONCLUSÃO

A Ciência que trabalha com os problemas vinculados à informação se mostra carente em estudos de gênero. Constatação feita pelo observar da pós-graduanda que escreve esta dissertação, da breve presença do tema nas bases de dados que figuram a gama teórica da área, a identificação de seletas professoras que orientam, ensinam e inserem o gênero em suas pesquisas e salas de aula.

A interdisciplinaridade se faz a partir da compreensão da possível correlação de disciplinas para a potencialização de teorias, fazeres e aprendizados. Sendo assim, as reflexões aqui feitas se situam a partir do transitar por diferentes programas de Pós-Graduação, incluindo o de Ciência da Informação, mas não se limitando a este. Para compreensão mais ampla sobre algumas teorias de gênero e da própria crítica feminista, a autora fez disciplinas semestrais em dois programas referência em estudos de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina: o de Literatura e o Interdisciplinar em Ciências Humanas, ambos na linha da pesquisa crítica feminista.

Como cientistas podem se considerar tais se não se aventurarem e arriscarem a fomentar a evolução de sua área de estudo? Nos estudos sobre informação desenvolvidos dentro da Ciência da Informação, o aprendizado de que esta é algo que evolui por diversos suportes, constituindo as diferentes fontes de informação, seus acessos, usabilidades e epistemologias é de grande valia. Quando se imbrica esse conhecimento com os estudos de gênero passa-se a compreender porque nem todas tiveram acesso a essa evolução capitalista, o quanto a informação é mutável em prol de grupos dominantes; por que pouco se estuda o tema; quem e quais instituições essa imbricação pode ferir. Informação é poder, liberdade, autonomia, igualdade e feminismo.

Foi na ocupação de espaços além da Ciência da Informação que a autora percebeu que a disciplina pode funcionar como aliada às pesquisas de gênero, sendo no lidar com dados, encontrar fontes de informação para realização de pesquisas e na inserção do olhar informacional aos fenômenos de gênero; principalmente no que diz respeito ao auxílio da área como fonte de referência, materializada na construção de espaços de estudo e informação à comunidade, como bibliotecas e demais centros de documentação e informação.

Os Estudos de Gênero acrescentam à Ciência da Informação, no sentido de justificar a não-neutralidade da área em pautas de gênero, refletidas na escassez de estudos envolvendo os percalços de grupos que estão à margem da sociedade, em temas que tratam sobre sexualidade,

mulheres, raça e a própria construção epistemológica da área. A norma, a neutralidade, é mantida por uma história que centraliza sujeitos específicos. O reconhecimento da Ciência da Informação desses sujeitos como dominantes no desenvolvimento histórico e informacional, enriquece no entendimento e ação efetiva da área para as(os) usuárias(os) de informação. A profissional que insere esses preceitos em suas pesquisas e rotina de trabalho se torna mais atenta a sua subjetividade e aos papéis (de gênero) impostos pela sociedade, retornando um serviço de informação pautado pela criticidade, para pessoas que figuram e não figuram a dita norma.

Foram identificados cinco grandes grupos a partir do esmiuçar de 26 trabalhos de um dos eventos mais tradicionais da Ciência da Informação, o Enancib, sendo estas: Estudos de Gênero na Ciência da Informação, Exploração e violência contra a mulher, Gênero, Ciência e Tecnologia, Gênero, Leitura e Literatura e Informação social e étnico-racial.

A construção e delimitação dessas grandes áreas temáticas, bem como toda a construção da análise e discussão dos trabalhos, se deu a partir da teorização de Ciência da Informação e crítica feminista. Dois campos pensados, no contexto deste estudo, como áreas convergentes que auxiliam na humanização de grupos específicos.

Por meio da identificação e categorização dos trabalhos nos anais do Enancib foi possível traçar o panorama dos assuntos discutidos sobre o campo de gênero, em âmbito nacional, na Ciência da Informação. Nem todos os trabalhos analisados utilizam efetivamente de teorias de gênero na justificativa e construção de seus estudos, mesmo que tratem sobre temas já estabelecidos nas áreas de crítica feminista.

A ainda tímida presença de trabalhos nesse viés de pesquisa, no contexto do Enancib, reflete e baixa difusão do tema na Ciência da Informação no Brasil, mesmo que esse cenário esteja em constante mudança, vide a investida de estudantes de Pós-Graduação na organização de livros que tratem de problemas de informação social a nível nacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Luísa Marinho. **As malícias das mulheres**: discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia. Lisboa: Esfera do Caos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 65-83.

ARÉVOLO, Júlio Alonso. A obscura história sobre os assédios sexuais de Melvil Dewey, o pai da Biblioteconomia Moderna. **Biblioo**, 7 ago. 2018. Disponível em: <http://biblioo.info/obscura-historia-sobre-os-assedios-sexuais-de-melvil-dewey/>. Acesso em 2. jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. ANCIB. **Institucional**. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/front-page>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n.4, 1994. Disponível em: <http://www.e-iasi.org/cinfor/quest/quest.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in Communication Research**. Nova Iorque: American Book- Stratford Press, 1952.

BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997. p. 241-275.

BLAKEMORE, Erin. The Father of Modern Libraries Was a Sexual Harasser. **History**, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://www.history.com/news/the-father-of-modern-libraries-was-a-serial-sexual-harasser>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. **Políticas públicas para mulheres ganham espaço no País**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/politicas-publicas-para-as-mulheres-ganham-espaco-em-estados-e-municipios>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha 10 anos**. 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/breve-historico>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G.. **Tesouro para Estudos de Gênero e Mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-240, 2012.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Programa de Pósgraduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 10 dez. 2017.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca: mediação da informação: para construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015.

CARMO, João dos Santos; PRADO, Paulo Sérgio Teixeira. Apresentação de trabalho em eventos científicos: comunicação oral e painéis. **Interação em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 131-142, 2005.

CARNEIRO, Daniele. **Bibliolésbica - bibliotecárias lésbicas marcham na parada do orgulho LGBT**. 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecasdobrasil.com/2017/07/bibliolesbica-bibliotecarias-lesbicas.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information Science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 465-475, 2008.

DANTAS; Esdras Renan Farias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Do tradicional ao atual conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 3-18, 2013.

DRUMM, Michelle. **Naming the Love That Dare Not Speak Its Name: A Look at How Gays and Lesbians are Classified in the Dewey Decimal Classification**, 2000. Disponível em: <http://drumm.info/naming-the-love/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 5, 2012.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997. p. 224-240.

FELIPE, André Anderson Cavalcante; GOMEZ, Jesiel Ferreira. Parceria entre Ciência da Informação e Responsabilidade Social universitária para fins de inclusão social. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n.1, p.147-163, 2014.

FORD, Anne. Bringing Harassment Out of the History Books: Addressing the troubling aspects of Melvil Dewey's Legacy. **American Libraries**, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://americanlibrariesmagazine.org/2018/06/01/melvil-dewey-bringing-harassment-out-of-the-history-books/>. Acesso em: 3 dez. 2018.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 6-19, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n.1, p. 1-25, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>. Acesso em: 14 nov. 2017.

GERALDES, Elen Cristina *et al.* **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UNB, 2016. Disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/29032017-0309170. Acesso em: 10 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008; Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-te3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GONZALÉZ DE GOMÉZ, María Nélica. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. p. 106-126. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3133/2259>. Acesso em: 22 dez. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélica. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-64.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HODGE, Jarrah E. **Revenge of the feminerd: libraries, lesbrarians, censorship, and equality**. 2011. Disponível em: <https://www.bitchmedia.org/post/revenge-of-the-feminerd-libraries-lesbrarians-censorship-and-equality>. Acesso em: 1 fev. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência Doméstica e Familiar**, 2017. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-a-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

KILOMBA, Grada. **“Descolonizando o conhecimento”**: Uma Palestra-Performance de Grada de Kilomba. Tradução de Jessica Oliveira, 2016.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **The Malleus Maleficarum**: The notorious handbook once used to condemn and punish “witches”. California: The Book Tree Escondido, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RPml42hWGBIC&oi=fnd&pg=PR14&dq=malleus+maleficarum&ots=Lowv72DGvg&sig=ITg7EBVeObLLI90TkVFjf_eS1Dg#v=onepage&q=malleus%20maleficarum&f=false. Acesso em: 10 dez. 2017.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**. In: BARNOUW, E.; GERBNER, G; SCHRAMM, W.; WORTH, T. L.; GROSS, L. (Orgs.). International encyclopedia of communication, v. 1, p. 403-407. New York, NY: Oxford University Press, 1989.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAVEDA, Elena Maria Fernández; MARTÍNEZ, Águeda Fernández; ANTÓN, Irene Belda. Histeria: Historia De La Sexualidad Femenina. **Cultura de los Cuidados**, n. 39, 2014.

LORDE, Audre. Os usos do erótico. In: LORDE, Audre. **Textos Escolhidos**. Difusão Herética, 1984.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 447-468.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p.65-74, 1990.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa. **Correio**, 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-cao-da-pesquisa/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MARTUCCI, Elisabeth Marcia. A feminização e a profissionalização do Magistério e da Biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/642/430> Acesso em: 5 dez. 2018.

MASSUELA, Amanda; D'ÂNGELO, Helô. É estranho que desejos democráticos sejam considerados perigosos, diz Judith Butler em SP. **Cult**, 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-os-fins-da-democracia-sesc-pompeia/#.WgIOb_UoSSg.facebook. Acesso em: 15 dez. 2017.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I. & GILYAREVSKY, R.S. Informatics: its scope and methods. In: **on theoretical problems of informatics**. FID/ Comitê de Estudo sobre Pesquisa de Base teórica da informação, FID 435, VINITI, Moscou, 1969.

MORAES, Maria Lygia Qusartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7-16.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PASSOS, Mariana Faustino dos; BLATTMANN, Ursula. Pesquisadoras de Gênero da Ciência da Informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.) **O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REGISTRO y estado de la imperfeccion, ruindade, y malicia de las mugeres, sacasse de la sagrada escritura, y de otros muchos autores de credits sacros, y humanos. Barcelona: 1822. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=b04KAQAAMAAJ&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 8 nov. 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, v.7, n.2, 2005.

RUDELL-BETTS, Linda. LGBT Collections moving to new call number área. **Los Angeles Public Library Blog**, 2015. Disponível em: <https://www.lapl.org/collections-resources/blogs/lapl/lgbt-collections-moving-new-call-number-area>. Acesso em: 2 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal das linhas globais de saberes. **Novos Estudos**, v. 79, 2007.

SANTOS, Marcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblios**, n. 45, 2011.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. **REBECIN**, v. 4, n. 1, p.114-135, jan./jun. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: ENCONTRO DA REDOR, 10., 2001, Salvador: UFBA, 2001. p. 1-35. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

UNIVERSIDADE FERDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. **Teses e dissertações**. 2019. Disponível em: <http://pgcin.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FERDERAL DE SANTA CATARINA. SECRETARIA de Ações Afirmativas e Diversidades. **Gênero na UFSC: Dados da Comunidade Universitárias**. 2017. Disponível em: <http://saad.ufsc.br/2017/07/27/genero-na-ufsc-dados-da-comunidade-universitaria/>. Acesso em 5 dez. 2018.

UNESCO. **Scholarly communications**. Paris: UNESCO, 2015.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**. Elsevier, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

WITTER, Geraldina Porto. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In: CURTY, Renata Gonçalves (Org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. Londrina: UEL/CIN, 2010. Cap.1, p. 09-30. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/30588-PRODUCAO-INTELECTUAL-NO-AMBIENTE-ACADEMICO/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICE A - DADOS DE CADA TRABALHO UTILIZADO NO CORPUS DA PESQUISA

Codificação de cada trabalho por título

| Código | Título |
|---------------|---|
| 001 | A busca de informação pela mulher em jornais impressos |
| 002 | A informação étnico-racial na perspectiva da organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê |
| 003 | A participação feminina no esforço de pesquisa realizado na Fundação Oswaldo Cruz |
| 004 | A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico |
| 005 | Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba - Bamidelê |
| 006 | As prostitutas e os anjos: os códigos informacionais utilizados na teatralização do corpo feminino na Playboy |
| 007 | As relações de gênero e a profissão de bibliotecário: as razões do maior ingresso de homens num curso majoritariamente feminino |
| 008 | Biases na representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras |
| 009 | Crianças com paralisia cerebral e percurso informacional de mulheres mães: estratégias e ações na defesa da cidadania |
| 010 | Diferenças de gênero no uso das tecnologias da informação e da comunicação: um estudo na biblioteca parque de Manguinhos |
| 011 | Gênero e gestão em ciência, tecnologia e inovação em saúde: um olhar exploratório na Fiocruz |
| 012 | Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do Enancib: análise nos anais do XIII Enancib |
| 013 | Gênero, Ciência & Tecnologia e Saúde: um olhar |

| | |
|-----|--|
| | exploratório a partir do acervo de obras raras da biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz |
| 014 | Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da pós-graduação no Brasil |
| 015 | Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento |
| 016 | Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher |
| 017 | Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes |
| 018 | Mediações literárias da ciência da informação: representações e narrativas de gênero |
| 019 | Memória do movimento feminino no Brasil pelo discurso da divulgação científica |
| 020 | Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica |
| 021 | Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil – Análise das bolsas de pesquisador do CNPq |
| 022 | O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero |
| 023 | Os estudos de gênero na Ciência da Informação |
| 024 | Pensando as estatísticas públicas sobre carreiras educacionais na área de Ciência e Tecnologia, por gênero |
| 025 | Periódicos científicos nas áreas de informação do Brasil: produção de artigos em colaboração e o gênero dos autores |
| 026 | Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais |

Codificação por Categoria e Subcategoria

| Código | Categoria | Subcategoria |
|---------------|--|---|
| 001 | Gênero, leitura e literatura | Informação jornalística |
| 002 | Informação social e étnico-racial | Mulher Negra |
| 003 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 004 | Gênero, ciência e Tecnologia | Sexualidade |
| 005 | Informação social e étnico-racial | Mulher Negra |
| 006 | Exploração e violência contra a mulher | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| 007 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Desigualdades entre gêneros |
| 008 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| 009 | Informação social e étnico-racial | Maternidade |
| 010 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Desigualdades entre gêneros |
| 011 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 012 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 013 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 014 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 015 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 016 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) |
| 017 | Exploração e violência contra a mulher | Violência doméstica |
| 018 | Gênero, leitura e literatura | Mediação da Informação |
| 019 | Informação social e étnico-racial | Aborto |
| 020 | Exploração e violência contra a mulher | Violência doméstica |
| 021 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 022 | Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Mediação da Informação |
| 023 | Estudos de Gênero na Ciência da Informação | Levantamento bibliográfico |
| 024 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 025 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Indicadores de gênero |
| 026 | Gênero, Ciência e Tecnologia | Sexualidade |

Codificação por ano e Grupo de Trabalho (GT)

| Código | Ano | Grupos de Trabalho (GTs) |
|---------------|------------|---------------------------------|
| 001 | 2007 | GT3 |
| 002 | 2012 | GT3 |
| 003 | 2015 | GT11 |
| 004 | 2016 | GT1 |
| 005 | 2016 | GT3 |
| 006 | 2011 | GT3 |
| 007 | 2016 | GT6 |
| 008 | 2011 | GT2 |
| 009 | 2010 | GT3 |
| 010 | 2015 | GT6 |
| 011 | 2012 | GT11 |
| 012 | 2013 | GT7 |
| 013 | 2013 | GT11 |
| 014 | 2014 | GT7 |
| 015 | 2006 | GT7 |
| 016 | 2013 | GT2 |
| 017 | 2015 | GT3 |
| 018 | 2012 | GT3 |
| 019 | 2011 | GT10 |
| 020 | 2015 | GT10 |
| 021 | 2003 | GT6 |
| 022 | 2011 | GT3 |
| 023 | 2008 | GT1 |
| 024 | 2005 | GT5 |
| 025 | 2009 | GT7 |
| 026 | 2015 | GT11 |